



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC (Processo Administrativo nº. 014/2024)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Cambará (PR) realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço global, em conformidade com art. 75, II, da Lei nº. 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, com vistas a obter propostas adicionais de eventuais interessados no processo que pretende realizar a contratação direta de empresa técnica especializada para prestação de serviços de licenciamento de uso de software, em regime de locação, por tempo determinado para controle dos processos legislativos e administrativos da Câmara Municipal de Cambará (PR), conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I), pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período à critério da Administração.

A Licitante interessada em participar deste processo deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, baixar esta Dispensa Eletrônica e seus Anexos, especialmente o Termo de Referência (Anexo I), ler os documentos na íntegra e estar de acordo com as regras descritas, não podendo alegar desconhecimento após apresentação de proposta e participação na disputa, sob o risco de ser considerada inabilitada e/ou desclassificada do certame.

Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Termo de Referência e o descrito no *site* <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no “SIASG” ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Aviso e seus Anexos.

VISITA TÉCNICA	<i>Dias 2 e 3 de abril de 2024, das 9 às 11 e das 13 às 16 horas</i>
DATA DA SESSÃO	<i>DIA 05/04/2024</i>
HORÁRIO FASE DE LANCES	<i>DAS 8 ÀS 14 HORAS</i>
LINK	<i>https://www.gov.br/compras/pt-br/</i>

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a contratação direta de empresa técnica especializada para prestação de serviços de licenciamento de uso de software, em regime de locação, por tempo determinado para controle dos processos legislativos e administrativos da Câmara Municipal de Cambará (PR), pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período à critério da Administração, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso e seus Anexos.
- 1.2. **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO** - Contratação direta de empresa técnica especializada para prestação de Serviços de licenciamento de uso de software, em regime de locação, por tempo determinado, para Sistema integrado de controle do processo legislativo eletrônico e digital em plataforma web, incluindo no mínimo as funcionalidades para Protocolo, Controle de todo o Processo Legislativo, Tramitação Legislativa com Integração com o Executivo, Tramitação Administrativa, Portal Eletrônico (Site) na Internet que possua integração com as informações do sistema e que disponibilize ferramenta que possibilite a leitura em libras e versão para deficientes visuais com áudio em todo o conteúdo do site a fim de atender as exigências da legislação no que diz respeito à acessibilidade, com área para divulgação de informações de Transparência, SIC (Sistema de Informações ao Cidadão), Ouvidoria, certificação digital de documentos legislativos e administrativos, incluindo os serviços de hospedagem do site, manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa e suporte técnico especializado, com acordo de nível de serviços (SLA), para atender às necessidades de controle das funções da Câmara Municipal de Cambará, incluindo ainda a prestação de serviços iniciais de migração e conversão de dados, implantação do sistema, treinamento inicial incluindo cadastro e inserção de todos os dados no sistema legislativo provenientes de softwares legados.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

- 1.3. A contratação será pelo valor total estipulado no LOTE ÚNICO, conforme descrição detalhada constante no quadro abaixo:

Item	Descrição dos sistemas / serviços	Unid	Qtd	Preço unitário máximo (R\$)	Preço Total Máximo (R\$)
01	Licença de uso de software, em regime de locação, por tempo determinado, para Controle de todo o Processo Legislativo, incluindo Protocolo, Tramitação Legislativa com Integração com o Executivo e Tramitação Administrativa, com possibilidade de uso de assinatura de documentos eletrônicos por certificado digital, Portal (Site) na Internet, adequado à Legislação com Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), Ouvidoria, Publicação de Notícias e galerias de fotos, divulgação das informações do Processo Legislativo e Informações de Transparência Pública, com recursos de acessibilidade para deficientes visuais e auditivos, com migração/Conversão de dados, implantação do sistema e site incluindo hospedagem, com treinamento presencial (mínimo 20h) ou remoto (mínimo 40h) para até 11 funcionários.	Mês	12	1.881,16	22.573,92
Valor Global Máximo R\$ =					22.573,92

- 1.4. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Aviso e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.5. Justifica-se o não parcelamento do objeto com o intuito de assegurar a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação ao realizar os serviços com o mesmo fornecedor (artigo 18, inciso VII; artigo 40, parágrafo 3º, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021).
- 1.6. Por ser Dispensa Eletrônica, realizado em Lote Único, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, a Licitante/Participante deverá cadastrar proposta e participar da disputa OBRIGATORIAMENTE em Lote Único, pois ao final da disputa será contratada apenas UMA ÚNICA EMPRESA COM MENOR PREÇO GLOBAL para a realização de todos os serviços constantes no objeto.
- 1.7. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Legislativo Municipal de Cambará (PR), para exercício de 2024, na classificação abaixo:

SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

01.001.01.031.0001.2.003.3.3.90.40.57-Serviços de Processamento de Dados



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

1.9. O valor global máximo para contratação será de **R\$22.573,92 (vinte e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos)**.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.1.1. O fornecedor deverá atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso.

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do serviço a ser executado, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. Sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação deste Aviso, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o contido neste documento, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

3.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

3.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº. 8.213/91.

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.10.1. Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL DO LOTE ÚNICO, SEMPRE ATENTANDO PARA DUAS CASAS DECIMAIS.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 10 (Dez Reais).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis.

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso.

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração da Câmara Municipal de Cambará (PR).

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso, desde que insanável.

5.5.6. Apresentar o MAIOR VALOR GLOBAL entre todas as licitantes.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da proposta que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço – Direção Geral da Câmara Municipal de Cambará (PR) – Departamento de Tecnologia da Informação.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso Dispensa Eletrônica.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

e) Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

6.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.1.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.1.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração para endereço licitacao@camaracambara.pr.gov.br, sob pena de inabilitação.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.8. Lista da documentação exigida para a habilitação:

6.8.1. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

6.8.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

6.8.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

6.8.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

6.8.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

6.8.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

6.8.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

6.8.1.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida a Nota de Empenho e lavrado o competente Contrato.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade, a Administração poderá enviar o Contrato, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. A assinatura do Contrato, emitidos à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. Aplica-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº. 14.133/2021.

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Aviso.

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº. 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data.

8.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.12. Informações sobre Pagamento, Prazo de Vigência, Obrigações da Contratante e da Contratada, Sanções e demais detalhamentos do serviço estão no Termo de Referência (Anexo I).

8.13. Fazem parte integrante deste Aviso de Dispensa Eletrônica, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica

Anexo III – Modelo de Declaração de Pessoal Técnico Especializado

Anexo IV – Modelo de Declaração de Boa Situação Financeira

Anexo V – Modelo de Proposta de Preço

Anexo VI – Declaração Unificada

Anexo VII – Modelo de Termo de Vistoria (Visita Técnica)

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Renúncia à Visita Técnica

Anexo IX – Modelo de Declaração Contendo Informações para fins de Assinatura do Contrato

Anexo X – Minuta De Contrato

8.14. Os esclarecimentos poderão ser dirigidos ao Agente de Contratação por meio de email (licitacao@camaracambara.pr.gov.br) ou contato telefônico (43) 3532-1756.

Cambará, 26 de março de 2024.

(assinado digitalmente)

ROGERIO FRUTUOSO

Presidente da Câmara Municipal de Cambará (PR)



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024) - CMC** (Processo Administrativo nº. 014/2024)

1. OBJETO

1.1. O Objeto do presente Termo de Referência é a contratação direta de empresa técnica especializada para prestação de serviços de licenciamento de uso de software, em regime de locação, por tempo determinado para controle dos processos legislativos e administrativos da Câmara Municipal de Cambará (PR).

Descrição Detalhada do Objeto - Contratação direta de empresa técnica especializada para prestação de serviços de licenciamento de uso de software, em regime de locação, por tempo determinado, para Sistema integrado de controle do processo legislativo eletrônico e digital em plataforma web, incluindo no mínimo as funcionalidades para Protocolo, Controle de todo o Processo Legislativo, Tramitação Legislativa com Integração com o Executivo, Tramitação Administrativa, Portal Eletrônico (Site) na Internet que possua integração com as informações do sistema e que disponibilize ferramenta que possibilite a leitura em libras e versão para deficientes visuais com áudio em todo o conteúdo do site a fim de atender as exigências da legislação no que diz respeito à acessibilidade, com área para divulgação de informações de Transparência, SIC (Sistema de Informações ao Cidadão), Ouvidoria, certificação digital de documentos legislativos e administrativos, incluindo os serviços de hospedagem do site, manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa e suporte técnico especializado, com acordo de nível de serviços (SLA), para atender às necessidades de controle das funções da Câmara Municipal de Cambará, incluindo ainda a prestação de serviços iniciais de migração e conversão de dados, implantação do sistema, treinamento inicial incluindo cadastro e inserção de todos os dados no sistema legislativo provenientes de softwares legados.

1.2. Os preços unitários e o total máximo para os sistemas e serviços constam no quadro abaixo:

Item	Descrição dos sistemas / serviços	Unid	Qtd	Preço unitário máximo (R\$)	Preço Total Máximo (R\$)
01	Licença de uso de software, em regime de locação, por tempo determinado, para Controle de todo o Processo Legislativo, incluindo Protocolo, Tramitação Legislativa com Integração com o Executivo e Tramitação Administrativa, com possibilidade de uso de assinatura de documentos eletrônicos por certificado digital, Portal (Site) na Internet, adequado à Legislação com Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), Ouvidoria, Publicação de Notícias e galerias de fotos, divulgação das informações do Processo Legislativo e Informações de Transparência Pública, com recursos de acessibilidade para	Mês	12	1.881,16	22.573,92



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

	deficientes visuais e auditivos, com Migração/Conversão de dados, implantação do sistema e site incluindo hospedagem e treinamento inicial presencial (mínimo 20h) ou na modalidade remota (mínimo 40h) para até 11 (onze) funcionários.				
Valor Global Máximo R\$ =					22.573,92

Valor Global Máximo: **R\$22.573,92 (vinte e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos).**

2. JUSTIFICATIVA

2.1.	Atualmente, a Câmara Municipal de Cambará se utiliza de um software contratado mediante licenciamento de uso com a empresa Softcam Soluções Ltda. - ME, que atende satisfatoriamente aos controles citados no item Objeto acima, conforme Contrato n. 008/2023.
2.2.	Em cumprimento à legislação vigente à época do Contrato n. 008/2023, ou seja, a Lei n. 8.666/93, foi possível a prorrogação do Contrato n. 008/2023 por apenas mais 60 (sessenta) dias (1ª Termo Aditivo Contratual), tempo hábil a possibilitar a realização da presente Dispensa Eletrônica, já que tal prorrogação estaria limitada ao teto limite para dispensa de licitação previsto no art. 23, inc. II, alínea “a” da Lei Federal n. 8.666/93 (atualizado pelo Decreto 9.412, de 18 de junho de 2018) c/c art. 24, inc. II, também da Lei Federal n. 8.666/93, qual seja, R\$17.600,00. Portanto, muito embora o sistema vigente esteja em conformidade e esta Casa de Leis esteja satisfeita com a solução proposta, há a necessidade de nova contratação para o software objeto deste Termo de Referência. Sendo assim, faz-se necessária a realização de Dispensa Eletrônica sob o formato da Lei n. 14.133/2021, pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período à critério da Administração.
2.3.	Com a visão de constante melhoria nos processos de trabalho e nos controles internos, objetivando uma melhor gestão, eficiência e eficácia, mantendo evolução por meio da utilização de recursos tecnológicos, economia de recursos como papel e agilização na execução dos processos de trabalho, incluindo tramitação eletrônica de documentos e processos legislativos e administrativos, com o uso de certificado digital, site institucional da Câmara, Portal da Transparência e no acompanhamento das sessões legislativas, com maior controle e melhor transparência para as informações das sessões legislativas, objetiva-se a contratação de software, atendendo às atuais demandas e objetivos de melhoria para o legislativo.
2.4.	O software visa permitir o controle de todo o processo legislativo e ainda permitir o controle relacionado aos demais processos de trabalho por meio da tramitação eletrônica de documentos e processos. O software deverá ainda possuir funcionalidades para SIC (Serviço de Informações ao Cidadão) e Ouvidoria, visando o cumprimento das exigências oriundas dos dispositivos previstos na Lei Complementar nº 131/2.009, Lei Federal nº 12.527/2.011 e demais legislações correlatas.
2.5.	Considerando que atualmente a Câmara não possui software próprio que atenda a necessidade exposta, que em pesquisa no mercado para uso de softwares opensource foram levantadas dificuldades que impediam sua implantação neste momento para atendimento a todas as necessidades da Câmara, que o contrato vigente está com data de término próxima e visando a continuidade nos serviços que permitem um melhor controle do Processo Legislativo, integrado ao Site e em atendimento as normas legais vigentes, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para locação dos sistemas mediante licenciamento de uso, incluídos os serviços de conversão/migração de dados do atual sistema, implantação, manutenção (atualização e suporte técnico) e treinamento, para atendimento as atividades atualmente realizadas na Câmara Municipal de Cambará.
2.6.	Para que os serviços atinjam os melhores resultados, é necessário que os softwares objeto deste Termo de Referência sejam integrados, por meio de uma solução tecnológica única, permitindo a automatização de tarefas e evitando retrabalhos, contando com serviços especializados de manutenção pela empresa Contratada, mantendo-os atualizados frente as exigências legais e tecnológicas atuais.

3. DESCRITIVO DE FUNCIONALIDADES GERAIS E POR MÓDULO



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

3.1. Funcionalidades e Condições Gerais

Item	Descrição
1.	Por questões de compatibilidade, padronização, integração e outras relacionadas à conveniência administrativa, a locação de todos os sistemas, incluindo suporte e manutenção, ocorrerá com uma única licitante.
2.	O sistema pode ser composto por módulos desde que atenda aos requisitos de funcionalidades e que estejam no mesmo ambiente tecnológico, tendo integração nativa entre si, conforme definido neste Termo de Referência.
3.	Considerando a integração entre si, o sistema e seus módulos deverão garantir que os usuários não necessitem realizar redigitação de informações cadastrais existentes, de um módulo para outro.
4.	O sistema deve permitir preferencialmente que novos recursos e funcionalidades sejam agregados, incorporados e acoplados sem a necessidade de interrupção do sistema, ou quando houver necessidade de interrupção, que esta seja programada para horários fora do expediente da Contratante e de dias de realização de Sessão Plenária.
5.	O licenciamento do sistema não poderá apresentar incremento financeiro vinculado a futuros upgrades (evolução) de hardware, Sistema Operacional e Sistema Gerenciador de Banco de Dados dentro da plataforma operacional adotada para o sistema, durante o período de vigência do contrato.
6.	O sistema fornecido deverá funcionar nativamente em plataforma web, com compatibilidade mínima para execução nos navegadores Google Chrome e Mozilla Firefox, como também o Safari, no caso de dispositivos smartphones e tablets. Não serão aceitos sistemas desktop que funcionem em ambiente web através de virtualização em plataformas de “nuvem” ou através de virtualização em infraestrutura de servidor privado virtual – VPS (Virtual Private Server).
7.	O sistema deverá utilizar preferencialmente Ambiente de Banco de Dados Relacional, para facilitar a compatibilidade com a infraestrutura já existente na Contratante, a fim de possibilitar a realização de futuras integrações, caso necessário.
8.	O banco de dados do sistema deverá ser preferencialmente multiplataforma, funcionando no mínimo nos sistemas operacionais Windows, Linux ou FreeBSD.
9.	O Gerenciador de banco de dados utilizado pelo sistema da Contratada deve ser preferencialmente dos tipos Open Source ou Freeware, e caso contrário, deverá ser fornecido sem ônus para a Contratante.
10.	O sistema deverá garantir a integridade dos dados, seja através de constraints e outras validações de integridade, no caso de uso de banco de dados relacional e/ou através de outras regras implementadas no sistema.
11.	O sistema deverá ser multiusuário, não devendo ter limitação quanto ao número de equipamentos e usuários simultâneos.
12.	O sistema deverá permitir ao usuário optar pela autenticação com login e senha do sistema, credenciais Gov.br ou outros meios, desde que seja mantido um nível de segurança adequado.
13.	O sistema deverá permitir vários acessos simultâneos às mesmas rotinas, ou ainda acesso a rotinas diferentes por usuários diferentes ao mesmo tempo, sem limite de usuários.
14.	O sistema deverá contar com controle de permissões, onde será possível controlar as funcionalidades acessadas por cada usuário em diversos níveis, para permitir o acesso às informações apenas a usuários autorizados, bem como a possibilidade de organização das permissões por grupos de usuários ou agrupamento similar. As autorizações ou desautorizações, por usuário ou módulo/tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito a partir do login do usuário. O sistema não deverá exigir a reconfiguração das permissões a cada novo exercício.
15.	O sistema deverá manter um histórico de acessos (log) dos usuários que executaram ações no sistema em todas as suas principais rotinas, disponibilizando um local para efetuar consultas aos registros de log, com filtros no mínimo por usuário que executou a ação e data em que ocorreu a ação.
16.	O sistema deverá permitir aos usuários logados a alteração de suas próprias senhas de acesso.
17.	As senhas dos usuários deverão ser armazenadas de forma criptografada, através de algoritmos próprios do sistema, de tal forma que nunca sejam mostradas em telas de consulta, manutenção de cadastro de usuários, tela de acesso ao sistema ou em consultas diretas ao banco de dados.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

18.	O sistema deverá permitir a geração de relatórios em arquivos, na unidade de armazenamento disponível, no mínimo no formato PDF, mas preferencialmente também nos formatos texto, RTF ou DOC para integração com o word, XLS formatado para excel, ou imagem (BMP, JPG ou PNG).
19.	O sistema deverá permitir a inclusão de documentos eletrônicos nos cadastros, onde cabível, no mínimo nos formatos PDF ou Word.
20.	A atualização do sistema é de responsabilidade da Contratada.
21.	O sistema deve ter flexibilidade para possibilitar a adaptação das suas funcionalidades às necessidades da Contratante, em manutenções evolutivas ou adaptativas.
22.	O sistema deve possuir total integração com o Portal da Transparência, sem a necessidade de recadastro de qualquer informação de transparência que já tenha sido cadastrada em algum módulo do sistema.
23.	Os sistemas deverão atender integralmente as legislações aplicáveis a Câmaras Municipais, onde cabível, seja por Legislação Federal, Estadual ou Municipal, por normas de Órgãos de Controle, como TCE/PR ou ainda por normas publicadas por Secretarias ligadas ao Governo Federal.
24.	O site na internet, para uso como portal da Contratante, deve ser fornecido pela Contratada, considerando os princípios de Transparência e Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).
25.	O site na internet, para uso como portal da Contratante, deverá ser fornecido pela Contratada seguindo os princípios de acessibilidade preconizados pela Lei Federal de Acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências
26.	O site na internet, para uso como portal da Contratante, deverá ser fornecido pela Contratada com controle do contraste da página e com botões que controlam o tamanho das letras. Estes recursos possibilitam uma melhor visualização do conteúdo e melhoria na leitura de grandes blocos de texto na tela do computador, para pessoas com deficiência visual e/ou com baixa visão.
27.	O site na internet, para uso como portal da Contratante, deverá possuir módulo e-Sic (Serviço de Informação ao Cidadão – eletrônico) para pleno atendimento da Lei de Acesso a Informação e ainda módulo Ouvidoria, para o recebimento e encaminhamento de sugestões, solicitações ou denúncias.
28.	O site na internet, para uso como portal da Contratante, deverá ser fornecido pela Contratada constando teclas de acesso para navegação em seu conteúdo. Este recurso permite o acesso a todas as informações do site através do teclado. Desta forma, a combinação de teclas definida no sistema faz com que pessoas com deficiência (visual ou motora) tenham acesso rápido às principais áreas.
29.	O sistema deverá utilizar tecnologia CSS3 com “media queries” ou outro recurso/tecnologia, que permita o redimensionamento de resolução de página automaticamente, permitindo a utilização em PCS, Notebooks, Tablets ou Smartphones.
30.	O sistema deverá possuir total integração com o website. Ou seja, cadastrando uma lei, por exemplo, no Sistema de Controle do Processo Legislativo, a mesma deverá ser exibida no site sem a necessidade de cadastrá-la novamente. Esta funcionalidade, com a devida configuração, deverá funcionar no mínimo para os documentos dos tipos requerimento, indicação, moção, projeto de lei, projeto de lei complementar, projeto de resolução, emenda a lei orgânica, substitutivo, veto, lei ordinária, lei complementar.
31.	O sistema legislativo deve permitir a adaptação às necessidades da Contratante, por meio de parametrizações e/ou adequações (customizações).
32.	A manutenção para o ótimo desempenho do sistema, quantidade de usuários e capacidade computacional do servidor será de inteira responsabilidade da empresa Contratada.
33.	A empresa Contratada deve providenciar a conversão dos dados existentes para os formatos exigidos pelo seu sistema, considerando o fornecimento pela Contratante, quando necessário, de informações quanto ao funcionamento do sistema anterior, para adaptação do formato dos dados antigos a serem convertidos e seus relacionamentos.
34.	O sistema deverá prover uma API (Application Programming Interface) para integração com outros sistemas. A API deverá utilizar a tecnologia REST (<i>Representational State Transfer</i>), Webservice ou outra tecnologia similar que permita a obtenção de dados do sistema em uso em formato padronizado. Caso o sistema não forneça uma API para extração das informações necessárias eventualmente requeridas pela Contratante, deverão ser desenvolvidas pela Contratada as funcionalidades requeridas



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

	pela Contratante ou API para obtenção dos dados ou ainda liberado acesso ao banco de dados, mesmo que através de backups, para que a Contratante possa efetuar as consultas/levantamentos necessários.
35.	As rotinas ou relatórios citados neste Termo de Referência poderão ser substituídos por outros correspondentes, que possuam nomes diferentes no sistema da Contratada, mas apresentem no mínimo as mesmas informações ou resultado, podendo possuir informações adicionais.
36.	O sistema deve atender as funcionalidades exigidas neste Termo de Referência.

3.2. Processo Legislativo / Cadastros

Item	Descrição
1.	Cadastro de Legislaturas: registro de dados pertinentes às legislaturas, contendo no mínimo os seguintes campos: número da legislatura, data de início e de término do mandato, filiação e desfiliação, membros (Vereadores, Comissões e Mesa Diretora).
2.	Cadastro de Vereador: registro de dados pertinentes ao vereador, contendo no mínimo os seguintes campos: nome oficial, apelido (nome parlamentar), partido, Histórico para informação do seu currículo (trajetória política), telefone para contato, profissão, e-mail institucional, data de nascimento, grau de instrução, estado civil, número da cédula de identidade (RG), número de inscrição no CPF/MF, filiação e foto(s). O sistema deve permitir a consulta das legislaturas para o vereador, matérias de sua autoria, cargo(s)/função(ões) ocupados nas comissões internas da Câmara e na Mesa Diretora.
3.	Cadastro de Mesa Diretora: registro de dados pertinentes à Mesa Diretora, contendo no mínimo os seguintes campos: membros e seus respectivos cargos/funções, situação, data da eleição, período de mandato e observações. O sistema deve permitir a consulta de matérias de autoria da Mesa Diretora.
4.	Cadastro de Comissões e sua tramitação: registro de dados pertinentes às comissões internas permanentes e temporárias, contendo no mínimo os seguintes campos: tipo de Comissão (permanente ou temporária), sigla, nome, observações, situação, membros e seus cargos/funções, prazo de vigência, textos fixos e preferencialmente auto texto. O sistema deve permitir a consulta de matérias de autoria das Comissões, pareceres e auto texto, quando houver.
4.1.	Permitir encaminhar para o usuário de cada comissão permanente/temporária, relator, secretário e membros os projetos em análise.
4.2.	Permitir informar o prazo de análise para as matérias ou ser de forma automatizada de acordo com R.I. (Regimento Interno), podendo ser alterado sempre que houver necessidade.
4.3.	Permitir o preenchimento dos campos de pareceres, atas das comissões e votos nominais.
4.4.	Permitir adicionar todos os pareceres das comissões permanentes na pauta das sessões ordinárias/extraordinárias, caso necessário, e também na ordem do dia.
4.5.	Permitir qualquer membro da comissão exarar voto em separado.
4.6.	As opções dos votos deverão ser as seguintes: favorável, contrário, abstenção, levar ao plenário; ausente, presidente e não registrado.
4.7.	Permitir a deliberação de todos os pareceres das comissões permanentes, inclusive simultaneamente, caso necessário.
5.	Permitir a inclusão de parecer em conjunto com outras comissões.
6.	O presidente de cada comissão deve ter permissão no sistema para nomear/cadastrar qualquer membro da comissão para relatoria dos projetos.
7.	A ata de reunião de comissão deverá permitir ser iniciada com texto fixo pré-configurado pelo usuário.
8.	Permitir tramitação manual, com registros retroativos, com seu título, data, horário e prazo, e possibilidade de inclusão de arquivo anexo.
9.	No fluxo da tramitação manual o sistema deverá permitir a inclusão das seguintes funcionalidades: apresentação de emenda verbal, apresentação de veto, apresentação, arquivada, atividade realizada pelo executivo, atividade realizada pelo órgão competente, desarquivada, em diligência, encaminhada para despacho/parecer, encaminhada para protocolo, encaminhada para sanção/promulgação, encaminhada para ofício, entrada na pauta, nomeada relatoria do parecer, parecer/despacho, pedido de adiamento, pedido de vistas, pronto para votação, reapresentada pelo autor, recebida pelo executivo, regime de urgência, retirada de pauta, retirada pelo autor, sancionada/promulgada, sobrestado votação, votação do parecer.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

10.	Ter cadastro de destinatários, para uso no envio de correspondências, como ofícios, por exemplo, devendo constar também o endereço.
11.	Os destinatários deverão ser preenchidos nos documentos, onde cabível, de forma dinâmica, com os registros já cadastrados no sistema.
12.	O Sistema deverá permitir o controle de prazo de cada correspondência enviada independentemente da forma se física ou eletrônica.
13.	Proposituras: o sistema deverá permitir no mínimo o cadastro das seguintes proposituras: Indicações, Projetos de Lei, Projetos de Lei Complementar, Emenda a L.O.M., Decretos Legislativos, Resoluções Internas, Requerimentos, Moções, Atos Administrativos (Ato da Presidência e da Mesa Diretora), Portarias e demais proposições presentes no ordenamento jurídico municipal. O sistema deve, preferencialmente, permitir o cadastro e configuração de novos tipos de propositura.
14.	Campos de pesquisa para instruções, com filtros no mínimo por autoria e tipo da matéria, com os prazos e local onde se encontra.
15.	Listar todas as proposições aptas para votar.
16.	O sistema terá que possibilitar o cadastro de todas as proposições previstas pelo R.I. da Câmara, com a possibilidade de salvar por comissões, presidente, mesa diretora, demais parlamentares, ou poder executivo com a possibilidade de subscrever.
17.	Deverá gerar número sequencial por ano para todos os tipos de projetos de qualquer natureza que forem protocolados.
18.	Os documentos legislativos cadastrados, devem ter no mínimo os seguintes campos disponíveis: número, assunto, data, tipo de documento (projeto de lei, projeto de lei complementar, proposta emenda lei orgânica, projeto de resolução, projeto de decreto legislativo, veto, etc) autoria (permitir múltiplas autorias), bem como subscrever, com texto fixo ou auto texto, regime de tramitação e observações.
19.	O sistema deve permitir que o documento legislativo seja enviado para o portal através de configuração.
20.	Deve conter suporte à Assinatura Digital em todas as funções que forem cabíveis de aplicação desta funcionalidade. Permitir a implantação de recurso de assinatura eletrônica em ambiente virtual com os tipos A1 ou A3 (Smart card ou token) como raiz certificadora ICP-BRASIL, regulamentado pelo ITI, em qualquer mídia criptográfica, respeitando os padrões X509 e PaDES, unilateral e multilateral, assinados de modo via sistema, permitir as assinaturas através de smartphones com disparo de alertas automatizado a todos os signatários envolvidos no processo, lista de signatários individual e base compartilhada para importação, registro de marca d'água nos documentos com informações sobre o processo de assinaturas vinculando e armazenando todos os documentos no site oficial da Contratante bem com número de protocolo dos documentos e pesquisa de protocolo on-line diretamente no site oficial da Contratante vinculada ao uso de CA (Certification Authority) do órgão ou através de CA externa, conforme a legislação vigente. Documentos assinados digitalmente devem apresentar as assinaturas de todos os signatários embutidas no arquivo PDF.
21.	Permitir assinatura digital de documentos a partir de qualquer navegador ou sistema operacional, seja em dispositivos móveis ou computadores com o modelo A1.
22.	Exibir lista de signatários com números de documentos pendentes para assinatura, possibilitar o cancelamento de qualquer processo de assinaturas em andamento, exibir relação de documentos envolvidos no processo de assinatura, identificar com legenda os documentos assinados digitalmente no site e sistema, não permitir que um documento possa ser editado após ser assinado digitalmente, permitir visualizar o documento oficial assinado a partir da listagem/filtro/pesquisa.
23.	Permitir acompanhar a tramitação dos documentos protocolizados com o registro completo do histórico da peça documental.
24.	Permitir através de tramitação, acrescer informações textuais e arquivos digitalizados durante a vida útil do objeto protocolizado.
25.	O sistema legislativo deve permitir controlar Proposituras, Emendas, Substitutivos, Pareceres, Redação Final, Vetos, Sanções, Promulgações e Legislações.
26.	O sistema legislativo deve permitir controlar todos os trâmites, separadamente ou em conjunto com o projeto ao qual estará vinculado.
27.	Deve poder informar por e-mail aos usuários interessados internos e externos à Contratante sobre a tramitação de peças documentais através de serviço de envio de e-mail da Contratante.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

28.	Após finalizado o trâmite do processo, sancionar ou promulgar o ato, o sistema deverá permitir gerar um arquivo com a matéria e todos os documentos vinculados ao processo.
29.	Controlar automaticamente o prazo dos trâmites, informando a data de envio, prazo de permanência e saída do documento.
30.	Permitir que os Vereadores elaborem proposições, com acesso restrito ao seu usuário durante o período de elaboração da matéria.
31.	Permitir a inclusão de diversos documentos em anexo, nos formatos mais utilizados no mercado atual como: PDF, DOC, DOCX, ODT, HTML, XLS, XLSX, ODS, JPG, PNG, etc.
32.	Permitir o recebimento dos documentos pela secretaria/setor de protocolo, e análise de seu teor antes do protocolo ou que sejam protocoladas automaticamente perante assinatura digital, conforme escolha da Contratante.
33.	Backup do conteúdo dos editores de texto do sistema com intervalo de tempo durante a digitação, evitando a perda de informações.
34.	Possibilidade de criar e disponibilizar textos pré-formatados para utilização posterior na elaboração de matérias e outros tipos de documentos, permitindo assim a padronização.
35.	Possibilidade de utilizar os campos cadastrados no sistema para preenchimento automático destes modelos, através de tags ou recursos similares.
36.	Permitir a geração de documentos a partir de modelos pré-cadastrados, e permitir aos usuários do sistema a criar modelos de documentos.
37.	Cadastro de reuniões, podendo ser utilizado para reuniões de Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias, Reuniões de Comissões Permanentes ou Temporárias, Sessões Solenes, Reuniões da Mesa Diretora, etc. No cadastro de reuniões deverá ser possível indicar a sua pauta, através da inclusão ou seleção de documentos do processo legislativo ou do protocolo. Deverão ser cadastrados para cada reunião no mínimo a data, hora, tipo da reunião/sessão, possibilitando ainda a consulta de documentos associados na pauta de cada reunião, ou no caso de Sessões Plenárias, documentos para o Expediente ou a Ordem do Dia, com acesso para usuário devidamente autorizado para inclusão ou remoção de documentos.
38.	O sistema deverá permitir a montagem da Pauta da sessão, Ordem do Dia e Expediente, permitindo a inclusão ou exclusão de documentos.
39.	Cadastro de Legislação, para normas jurídicas, com opção de ser vinculada a outra que sofreu as alterações, permitindo navegar entre as legislações relacionadas, incluindo situação da norma, ex: revogada, vigente, etc.

3.3. Certificado Digital

Item	Descrição
1.	Emitir certificados digitais A1 em nuvem para assinatura digital avançada regulamentada de acordo com a legislação vigente, com validade de tempo conforme solicitado pela Contratante.
2.	Permitir a guarda dos certificados digitais A1 em nuvem com acesso embutido na aplicação com versão para smartphones.
3.	A assinatura tipo A1 deverá funcionar em smartphones, tablets, notebooks e computadores, em ambiente virtual, independente de sistema operacional.
4.	Permitir ao portador a alteração de senha do certificado sempre que desejar.
5.	A Contratada deverá fornecer a documentação sobre a forma de implantação e políticas de uso dos certificados, para garantia de Não repúdio ou irretratabilidade do signatário portador.
6.	Os certificados deverão ser fornecidos em até 02 dias úteis após a solicitação.
7.	A assinatura digital deverá oferecer versão responsiva, com identificação de CPF/CNPJ e senha.
8.	Listar os documentos pendentes e finalizados, com opção de localizar documento pelo título.
9.	Cada documento deverá constar a data e horário que foi iniciado o processo, e data e hora para finalizar, deve informar se o documento está finalizado, expirado ou aguardando assinatura de signatários.
10.	Dentro de cada documento deverá ter a função de acompanhamento da assinatura com os participantes e status, com data e horário.
11.	Permitir fazer download, compartilhar e recusar o processo de assinatura.
12.	Permitir visualizar documentos e sincronizar assinaturas.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

13.	O Software da Assinatura Digital deve conter suporte em todas as funções que forem cabíveis de aplicação desta funcionalidade. Permitir a implantação de recurso de assinatura eletrônica em ambiente virtual com os tipos A1 ou A3 (Smart card ou token) como raiz certificadora ICP-BRASIL, regulamentado pelo ITI, em qualquer mídia criptográfica, respeitando no mínimo os padrões X509 e PaDES, unilateral e multilateral, assinados de modo via sistema, permitir as assinaturas através de smartphones com disparo de alertas automatizado a todos os signatários envolvidos no processo, permitir consulta à lista de signatários e base compartilhada para importação, permitir assinar arquivos em PDF.
14.	Comunicar com autoridade Certificadora do Tempo (ACT) para obtenção de Carimbos do Tempo, ou seja, um conjunto de atributos fornecidos pela parte confiável do tempo que, associado a uma assinatura digital, confere provar a sua existência em determinado período.
15.	Exibir lista de signatários com números de documentos pendentes para assinatura, possibilitar o cancelamento de qualquer processo de assinaturas em andamento, exibir relação de documentos envolvidos no processo de assinatura, identificar com legenda os documentos assinados digitalmente no site e sistema, não permitir que um documento possa ser editado após ser assinado digitalmente, permitir visualizar o documento oficial assinado a partir da listagem/filtro/pesquisa.
16.	Possibilitar sincronizar assinaturas e consultar os processos de assinatura dos documentos pendentes, finalizados, cancelados, expirados, de todos os tipos de documentos.
17.	Disparo de alertas automatizado a todos os signatários envolvidos no processo, lista de signatários individual e base compartilhada para importação, registro de marca d'água nos documentos com informações sobre o processo de assinaturas vinculando e armazenando todos os documentos no site oficial da Contratante, bem com número de protocolo dos documentos e pesquisa de protocolo on-line diretamente no site oficial da Contratante. Exibir lista de signatários com números de documentos pendentes para assinatura.

3.4. Documentos em Geral

Item	Descrição
1.	Permitir a criação de novos tipos de documentos e sub documentos, bem como vínculo entre os documentos existentes, tipos de numerações utilizadas e se permitirá tramitações.
2.	Permitir ao usuário criar documentos e sub documentos (com opção para escolher o nível de hierarquia com o documento principal), podendo configurar quais receberão o número de protocolo, processo e documento de forma automática ou manual.
3.	Criar documentos dentro do sistema sem a utilização de programas externos.
4.	O sistema deverá gerar e controlar numerações de forma automática.
5.	Permitir a protocolização de todos os documentos e permitir que o usuário tenha acesso aos detalhes do trâmite da matéria protocolada.
6.	Permitir que através de configuração alguns tipos de documentos possam ser enviados a partir do protocolo à vários destinatários de uma só vez e permitir a resposta de todos.
7.	Permitir a geração de ofícios em lote automaticamente para encaminhamento de proposições lidas e aprovadas na sessão para os despachos ao executivo. Todos os dados devem ser importados do sistema e gerados automaticamente através de um documento pré-definido, com as numerações e o texto de cada proposição.
8.	Permitir a inclusão em lote de arquivos externos em tramitações.

3.5. Gestão de documentos para o Poder Executivo

Item	Descrição
1.	Gestão de prazos de documentos em trâmite que possibilite ao usuário saber quais são os prazos vencidos e os a vencer, utilizando como filtro os campos: tipo de documento, período de vencimento e destino de trâmite.
2.	Possibilidade de sancionar, promulgar, vetar ou devolver matérias.
3.	Permitir consultar a quantidade de documentos apresentados por autor, ano e tipo de documento.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

4.	Permitir a inclusão de diversos documentos em anexo, nos formatos mais utilizados no mercado atual como: .pdf, .odt, .docx, .html, .ods, .xlsx e png. O documento principal deve ser obrigatoriamente em um dos formatos: .pdf, .odt, .docx ou .html.
5.	Permitir a geração de documentos a partir de modelos pré-cadastrados, e permitir aos usuários do sistema criar estes modelos.
6.	O sistema deverá ser integrado com o sistema de processo legislativo, com possibilidade de encaminhar o protocolo eletrônico de proposições, respostas e ofícios ao Legislativo.
7.	O sistema deverá avisar em tempo real, através de notificação, quando a matéria for protocolada pela Secretaria/Setor de Protocolo da Contratante.
8.	Permitir a visualização de todo o histórico de trâmite de processo, inclusive com suas emendas, pareceres, autógrafo, protocolo, lei e outros cadastros relacionados.

3.6. Processos Administrativos

Item	Descrição
1.	Permitir o cadastro de documentos administrativos privados, onde apenas o usuário remetente e os envolvidos no processo terão acesso.
2.	Permitir que todo andamento realizado no processo seja despachado apenas após assinatura digital no documento e assinados também os anexos, quando cabível.
3.	Emitir notificações para o responsável de cada encaminhamento para ciência do mesmo.
4.	Permitir configuração de texto fixo em cada etapa pré-definida do processo.
5.	Permissão para definir quais setores possuem acesso para concluir determinado tipo de processo.
6.	Opção para compartilhar o documento administrativo entre os setores.
7.	O sistema deverá permitir no mínimo o cadastro dos tipos de documentos já existentes no atual sistema da Contratante, considerando ainda a migração dos mesmos para o novo sistema.
8.	Permitir informar o número do protocolo administrativo relacionado a licitação, vinculando a publicação da licitação com o processo administrativo.
9.	Permitir a configuração de um fluxo pré-definido entre os setores em cada tipo de documento administrativo.
10.	Permitir a classificação dos tipos de documentos em no mínimo Protocolo Geral, Processo Administrativo e Comunicação Interna.
11.	Permitir a assinar o documento através de smartphones.
12.	Permitir o envio de avisos para todos os destinatários envolvidos nos processos.
13.	Permitir a configuração para emissão de despacho com textos fixos de deferimento e indeferimento para cada etapa de cada tipo de processo.
	Configurar a quantidade mínima de assinaturas em cada etapa e permitir consultar extrato de quem assinou.
14.	Permitir pesquisas por: Protocolo – Protocolo/Ano; Título, Assunto; Texto; Remetente; Observações dos despachos, legenda dos anexos nos despachos.
15.	Parametrização dos tipos e subtipos de documentos:
15.1.	Permitir configurar o fluxo de tramitação.
15.2.	Gatilho de texto pré configurado pelo usuário.
15.3.	Gatilho de texto pré configurado pelo sistema para modelagem dos documentos.
15.4.	Etapa do processo obrigatória ou sugestiva.
15.5.	Filtro de processos que estão em andamento e processos concluídos.
15.6.	Filtro de processos que o usuário participou e que está pendente com seu usuário.
16.	Opção para encaminhamento simultâneo de ofícios/memorandos circulares à múltiplos setores e usuário.
17.	Permitir a geração de arquivo contendo todos os documentos (anexos e despachos) assinados digitalmente durante a tramitação do processo.
18.	Integração com editores de texto externos utilizados pela instituição, para que documentos salvos em pdf possam ser anexados como documento principal do despacho.
19.	Cadastro de documento permitindo subdivisão em classificação, tipo de documento e subtipo de documento.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

20.	Utilização de assinatura digital para tramitação de documentos digitais da Contratante, sobretudo no que se refere aos documentos referentes às Sessões Legislativas, justificando-se assim a necessidade de aquisição de serviço de emissão de arquivo eletrônico que contém dados de uma pessoa ou instituição e um par de chaves criptográficas utilizadas para comprovar identidade em ambiente computacional, de modo a garantir a autenticidade, a integralidade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, a serem implantados de acordo com as tecnologias previstas na Medida Provisória 2.200-2/01, Medida Provisória nº 983/2020 e na Lei Federal nº 12.682/2012.
21.	O sistema deve oferecer aplicação para celulares e computadores para a realização das assinaturas digitais.
22.	Deve possibilitar assinatura de documentos utilizando-se de Assinatura eletrônica qualificada.
23.	Deve possibilitar assinatura de documentos utilizando-se de Assinatura eletrônica avançada.

3.7. Pesquisas e Impressão

Item	Descrição
1.	Visualização dos relatórios em tela, bem como possibilitar que sejam gravados em disco, em formato PDF, nos formatos HTML, XLS, TXT, quando cabível, ou outros, que permitam ser visualizados posteriormente ou impressos, além de possibilitar a seleção e configuração da impressora local ou de rede disponível.
2.	Permitir pesquisas por todos os campos que são apresentados no formulário, podendo informar um ou mais campos, por valor ou por faixa, consulta com exatidão, no início ou qualquer parte do valor informado, e ordenação do resultado dos registros por qualquer campo disponível na listagem.
3.	Permitir busca por prazos, por tipo de documento, número, assunto, autoria, data e período.
4.	Busca por palavra-chave, por períodos, por autor, tipo de matéria e áreas de interesse.
5.	Permitir pesquisa e impressão por tipo de documento, número, palavras (ementa e texto), período de datas, autor, processo, situação, podendo combinar mais de um campo também.
6.	Permitir consulta por número de protocolo.
7.	Gestão de prazos de documentos em trâmite que possibilite ao usuário saber quais são os prazos vencidos e os a vencer, utilizando como filtro os campos: tipo de documento, período de vencimento e destino de trâmite.
8.	Relação por Desempenho de autor, exibindo a quantidade de matérias aprovadas, retiradas, arquivadas, revogadas, etc.
9.	Consulta de quantidade de documentos apresentados por autor, ano e tipo de documento.
10.	Relação agrupada por documento e por autor.
11.	Relação de processo por período, listando todos os documentos que geraram processos, ordenando por número.
12.	Visualização de todo o histórico de trâmite de processo, em um único arquivo, inclusive suas emendas, pareceres, redação final, protocolo, lei e outros cadastros relacionados.
13.	Emissão de relatório de documentos que entraram na sessão organizada por tipo de documento e autor, exibindo seu número, ementa e situação.
14.	Possibilitar que qualquer relatório seja exportado em formatos pdf.
15.	Permitir ao usuário a configuração das páginas de impressão, com opção de cabeçalho, rodapé, número da página, opção de impressão duas páginas por folha (frente e verso) e orientação.

3.8. Protocolo

Item	Descrição
1.	Permitir cadastrar documentos a serem utilizados em cada etapa do trâmite de um processo.
2.	Permitir cadastrar procedimentos a serem utilizados em cada etapa do trâmite de um processo.
3.	Permitir cadastrar tipos de observações a serem utilizadas em processos.
4.	Permitir a definição de parâmetros de configuração quanto a:
4.1.	Definição de tramitação automática ou não na criação de processos.
4.2.	Definição de tramitação automática ou não na tramitação de processos.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

5.	Permitir a configuração da formatação do modelo numérico de processo.
6.	Possuir configuração de trâmite diretamente relacionado com os assuntos, sendo que cada assunto terá seu mapeamento independente, respeitando as seguintes regras: para cada assunto, devem ser determinados passos (evoluções) de seu trâmite; cada passo pode possuir diversas etapas.
7.	Possuir as seguintes informações acerca das etapas mapeadas: área da organização administrativa aonde irá se realizar determinado procedimento; procedimento(s) que será(ão) realizado(s) na lotação; tempo máximo estipulado para a realização da etapa na lotação.
8.	Possuir na rotina de inclusão de um processo, no mínimo, as seguintes funcionalidades: busca por código ou nome do assunto; busca por nome e/ou código de pessoa física ou jurídica pré-cadastrados na base de dados; opção de cadastramento de pessoas não cadastradas previamente; previsão de data para entrega do processo.
9.	Informação da data e hora da protocolização do processo e da previsão de tempo necessário para sua conclusão; impressão de capa/comprovante de abertura do processo.
10.	Permissão para que sejam adicionadas observações, pré-cadastrados ou não, ao processo.
11.	Permitir o apensamento de processos: processos que estejam vinculados, mas em trâmites e numerações separadas devem, conforme conveniência administrativa ter a possibilidade de serem juntados.
12.	Permitir o desapensamento de processos.
13.	Permitir que processos já encerrados ou cancelados possam ser reabertos.
14.	Possuir na rotina de tramitação do processo, no mínimo, as seguintes funcionalidades: demonstração de dados do processo, bem como, de seu trâmite atual e possibilidades de destino ou retorno a uma etapa já percorrida
15.	Escolhido o destino do processo, o sistema deve relacioná-lo imediatamente às lotações da etapa seguinte, respeitando obrigatoriamente, o mapeamento do assunto; previsão para que um usuário autorizado possa realizar cadastramento(s) de uma nova(s) etapa(s), mantendo o mapeamento original até aprovação do responsável pelo sistema.
16.	Permissão para inserção de observações, pré-cadastradas ou não, em cada etapa do trâmite de um processo.
17.	Possuir histórico de trâmite de um processo.
18.	Permitir assinatura eletrônica, através de confirmação de senhas de acesso, para recebimento de um processo, bem como, para despacho do mesmo.
19.	Permitir a visualização de observações de um processo e de seus trâmites, através de consultas em interface específica.
20.	Possuir rotina de consultas para processo com opção de ordenação dinâmica dos resultados por nome e código com, no mínimo, as seguintes funcionalidades: por solicitante, por situação e por assunto.
21.	Permitir a impressão de etiquetas de protocolo em impressoras matriciais e térmicas, inclusive com a impressão do número e ano do protocolo, tipo do documento, código de barras ou QRCode referente ao número do protocolo e espaço para rubrica do funcionário responsável, para permitir o protocolo de documentos trazidos por terceiros até a sede da Contratante.
22.	Possuir opções de configuração para tipo de etiqueta e formatação dos textos a serem impressos.
23.	Permitir que nos gabinetes de vereadores, através de permissões configuradas, possam ser elaborados documentos de proposições, com encaminhamento eletrônico para protocolo.
24.	Permitir emissão de relatório de processos com os seguintes filtros: situação, lotação, assunto, data de abertura e data de encerramento.
25.	Deve conter suporte à Assinatura Digital em todas as funções que forem cabíveis de aplicação desta funcionalidade. Gerar assinatura eletrônica on-line para documentos do formato pdf, utilizando a certificação digital tipo A3 (Smart card ou token) como raiz certificadora ICP-BRASIL no momento em que o usuário achar oportuno, eliminando, desta forma, a impressão dos mesmos em papel.

3.9. Portal Web

Item	Descrição
1.	O layout do Portal Web deverá ser responsivo, podendo se ajustar para visualização em vários tipos



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

	de dispositivos e resoluções de tela, incluindo computadores desktop, notebook, smartphones e tablets.
2.	Deve prover recursos de acessibilidade, que permitam o acesso do Portal à portadores de deficiência visual ou auditiva, incluindo versão em autocontraste, aumento/diminuição de texto e leitura do site e navegação através de software externo de leitura.
3	O Portal deverá atender a todas as exigências da LAI (Lei do Acesso à Informação) com o Menu SIC - Serviço de Informação ao Cidadão e também Ouvidoria, a fim de permitir aos usuários do site realizar solicitações de informações ou denúncias/reclamações, permitindo acompanhamento da solicitação, esclarecimento de dúvidas frequentes, com contatos e demais informações obrigatórias.
3.1.	Possuir os seguintes campos mínimos para preenchimento: nome completo, email, número de telefone celular, assunto e anexo, se houver.
3.2.	Campo para acompanhamento, pelo código e email.
4.	O portal deverá apresentar informações de atendimento/expediente da Contratante, onde possa ser informado: endereço, telefone e e-mail principal da Câmara, horário e dias de atendimento na semana e dias e horários de realização de sessões Plenárias.
5.	O portal deve possuir um gerenciador de conteúdo de acordo com a necessidade da Contratante.
6.	Deverá ter opções de cadastrar, editar, desabilitar, excluir e anexar para o conteúdo do portal.
7.	O portal deverá possuir uma aba/link denominado "Portal da Transparência" que quando acessado deverá exibir o Portal da transparência.
8.	O portal deverá permitir a integração com as redes sociais permitindo o compartilhamento, com ícone de acesso, no mínimo ao Facebook e Youtube TV Câmara.
9.	Deve possuir menu e telas, onde serão publicadas as informações institucionais da Contratante, como histórico, Mesa Diretora, parlamentares, galerias de ex-presidentes, estrutura administrativa, calendário das atividades Legislativas, contato do Poder, dentre outras informações.
10.	Disponibilizar as informações dos parlamentares, com nome completo, nome político, partido, sexo, estado civil, grau de instrução, profissão, email, telefones, endereço, cidade/UF, CEP, biografia, foto, presença nas sessões, proposições apresentadas, cargos ocupados.
11.	Cada Vereador possuirá uma área no site da Contratante, na qual poderão ser informadas as suas atividades legislativas, pronunciamento das sessões em áudio e vídeos, etc.
12.	Todas as publicações de informações da página dos vereadores deverão ser aprovadas previamente pelo setor responsável pela comunicação da Contratante.
13.	No portal, onde forem apresentadas informações de vereadores, como em Mesa Diretora, Comissões, Legislaturas, o seu nome e/ou foto deverá ser um link que permita o acesso às suas informações detalhadas. Um exemplo: quando um vereador for citado como membro em uma Comissão, o seu nome/foto, constante na lista de membros da comissão, deverá ser um link para a página que apresente as suas informações.
14.	Apresentar informações de Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias, com no mínimo informações de nome, sigla, e sua composição com Presidente, Relator e Membro(s).
15.	Apresentar informações de proposições, como Projeto de Lei, Projeto de Lei Complementar, Projeto de Resolução, Projeto de Emenda a Lei Orgânica, Projeto de Emenda ao Regimento Interno, Indicações, Requerimentos, Emendas, Moções, etc, com no mínimo as informações de número da proposição, ementa, data, texto da proposição ou arquivo (nos formatos pdf ou Word) com o texto da proposição e informações de tramitação.
16.	Disponibilizar as proposições e todo o seu processo de tramitação (pareceres, votações, emendas, redação final, etc.) para consulta pelo site.
17.	Apresentar informações de pauta de Sessões Plenárias: Especial, Extraordinária, Ordinária, Solene, com Descrição resumida da Sessão, data e hora da Sessão, Proposições incluídas na Sessão, com link para visualização de informações de cada proposição e ainda informações de votações ocorridas para proposições, onde cabível.
18.	Disponibilizar as informações das Sessões realizadas, com hiperlink para o seu conteúdo.
19.	Apresentar informações de Atas de Sessões Plenárias: Especial, Extraordinária, Ordinária e Solene.
20.	O portal deve ser capaz de exibir vídeos de streaming em rede social.
21.	O portal deverá permitir a publicação de notícias, com Título, Chamada, Foto de Capa, Data, hora e Texto da Notícia, podendo ser associadas imagens, vídeos e outros arquivos relacionados; deve possuir uma ferramenta de busca para pesquisar por palavra chave para busca em todas as notícias.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

22.	Deve permitir a inclusão de Galeria de Fotos com cadastro em massa, podendo ser associadas com notícias.
23.	O perfil de usuário com as devidas permissões de acesso poderá desabilitar qualquer informação do website mediante configuração.
24.	Disponibilizar consulta por ano e data (período), assunto (ementa e texto), autor, processo e tipo de documento/matéria e áreas de interesse.
25.	Deverá ter a acesso a todos os conteúdos legislativos e legislações com campo de buscas avançadas.
26.	Permitir transmitir ao vivo todos os tipos de sessões, com playlist dos últimos vídeos.
27.	Permitir a interessados o acompanhamento das tramitações em tempo real e via e-mail cadastrado.
28.	Cadastro de área de interesse, para receber automaticamente por e-mails cadastrados todas as matérias por determinados assuntos.
29.	Apresentar informações de Legislação Municipal e suas alterações, devendo permitir a apresentação de informações de: Atos da Mesa Executiva, Atos do Presidente, Constituição Estadual (através de link para a norma), Constituição Federal (através de link para a norma), Lei Orgânica do Município, Leis Ordinárias, Portarias, Regimento Interno, Resoluções, etc, devendo permitir no mínimo o agrupamento por ano e apresentar as informações mínimas de número da Norma Jurídica, Data, Ementa e ainda Texto da norma e Autor, ou arquivo da norma que os contenha. Opcionalmente, considerando eventual integração com o site de Leis disponibilizado pelo Executivo Municipal, o sistema deverá ter um link Legislação que aponte para o mesmo.
30.	Deve ter a possibilidade de compilar e consolidar todas as legislações:
30.1.	Possibilitar cadastrar o motivo (alteração, revogação, citação e regulamentação).
30.2.	Localizar a matéria por tipo, título, número e ano.
30.3.	Abrir os conteúdos na mesma tela com opções de edições.
31.	Apresentar informações de Licitações, incluindo Licitações em andamento, no mínimo com as informações de Modalidade, número do processo, data de julgamento/abertura, permitindo a apresentação de vários tipos de arquivos associados com a Licitação, como por exemplo, aviso e edital, dentre outros.
32.	Cadastro de licitação, com todas as etapas e fases, com opção de restrição de download dos anexos, que quando marcada, apenas cidadãos ou empresas autenticados no Portal poderão ter acesso aos arquivos publicados, de forma que o sistema apresente a relação de empresas/pessoas que acessaram os documentos.
32.1.	Campo para cadastro da Razão Social quando informado o CNPJ.
33.	O site deve ter opções para consulta/direcionamento para menus transparência pública, lei de acesso à informação e Jornal Oficial do Município.
34.	Integração com contas de e-mail já cadastradas e hospedagem de contas de email ilimitadas.
35.	Hospedagem do website em banco de dados sem limite de armazenamento compartilhado entre arquivos e banco de dados.
36.	O portal deverá ter proteção contra ataques de SQL Injection.
37.	O domínio de endereço https:// www.camaracambara.pr.gov.br/ continuará pertencendo a Câmara Municipal, porém a hospedagem ficará por conta da empresa contratada.

3.10. Gestão de Transparência

Item	Descrição
1.	O Sistema deve gerar informações diárias das obrigações institucionais com fundamentação (legislação/Ato) que obriga sua publicação, com locais de publicação.
2.	O sistema deve possuir área para cadastro de categorias e subcategorias para publicação de informações de transparência, onde possam ser associados arquivos no mínimo em formato pdf, para atendimento a transparência pública, onde cabível.
3.	O portal deverá conter um link, denominado “Portal da Transparência” ou “Transparência”, através do qual deverá ser possível a consulta de informações de Transparência. Através do cadastro de categorias e subcategorias, deverá permitir a publicação de arquivos, com hierarquia mínima de item e subitem, conforme exemplo, na seguinte estrutura: [ITEM]



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

	<p>[SUBITEM] [Informação]</p> <p>Exemplo: [Prestação de Contas Anual] [2024] [Prestação de Contas Anual.pdf]</p>
4.	Ainda com relação a Transparência, o site/sistema deverá possuir cadastro que permita a associação de um item e/ou subitem existente na área destinada a Transparência, com um link que aponte para um outro endereço na internet, visando permitir o cadastro e acesso direto a itens de transparência que estiverem disponibilizados em outros sites/sistemas. O sistema deverá permitir o cadastro de arquivos, no mínimo no formato pdf, associando-os com os itens de Transparência.
5.	O sistema deve ter possibilidade de customização para atender as demandas legais futuras de acordo com a necessidade da Contratante.

4. PROVA DO PRODUTO (TESTE DE CONFORMIDADE)

4.1.	A empresa fornecedora detentora do melhor preço global após a fase de lances, tendo sido declarada a vencedora do certame após análise da documentação de Habilitação, deverá providenciar, no prazo de até 02(dois) dias úteis, a apresentação do seu sistema ofertado, para os usuários designados da Contratante, esclarecendo dúvidas se necessário, a fim de que sejam analisados os requisitos e funcionalidades para os softwares, estabelecidos neste Termo de Referência. No caso de não atendimento das exigências ou dos requisitos obrigatórios exigidos neste Termo de Referência, a empresa fornecedora será desclassificada. Para a Prova do Produto deverá ser considerado:
4.1.1	A Contratante deverá designar 01(um) ou mais servidores, que fará(ão) a análise dos requisitos e funcionalidades para os softwares da empresa fornecedora.
4.1.2.	A apresentação será realizada para o(s) representante(s) da Contratante, mediante comprometimento com o sigilo referente às regras de negócio e propriedade intelectual do software em questão.
4.1.3.	O atendimento quando da demonstração dos sistemas ao mínimo exigido no presente Termo de Referência.
4.1.4.	Todas as funcionalidades requeridas deverão ser demonstradas, apresentando no sistema da empresa fornecedora como é dado o atendimento a cada funcionalidade requerida.
4.1.5.	As demonstrações dos cenários não esgotam a possibilidade de questionamentos e solicitação de comprovação de requisitos durante a apresentação.
4.1.6.	A empresa fornecedora deverá disponibilizar no mínimo 01(um) técnico com conhecimento pleno da solução, para esclarecer quaisquer dúvidas, questionamentos ou eventuais problemas.
4.1.7.	Toda a massa de dados para prova do produto deve ser elaborada pela empresa fornecedora de modo a atender plenamente todos os requisitos obrigatórios, sem customização ou desenvolvimento.
4.1.8.	A apresentação poderá ser realizada na sede da Contratante, situada na Avenida Brasil, 1037 Centro, na cidade de Cambará-PR, no horário de expediente das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30. Opcionalmente, mediante solicitação formal da empresa fornecedora, a apresentação poderá ser realizada através de videoconferência, iniciada a partir da sede da Contratante.
4.1.9.	Caso a empresa fornecedora entenda ser necessário ou constate durante a apresentação a necessidade de mais do que 01(um) dia para a conclusão da apresentação do seu sistema relacionada à Prova do Produto, esta deverá continuar a apresentação no dia imediatamente posterior. Caso se constate que para a conclusão da apresentação no mesmo dia será necessário tempo não superior a 2 horas, a continuidade da apresentação poderá ser negociada com a Contratante, visando a sua conclusão no mesmo dia.
4.1.10.	Ao final da análise referente à Prova do Produto, os servidor(es) designado(s) pela Contratante deverá(ão) emitir documento informando a compatibilidade e adequação do sistema às especificações técnicas exigidas no Presente Termo de Referência, considerando ainda a qualidade e o uso a que se destinam.
4.1.11.	O certame será homologado após o sistema vencedor ser aprovado na Prova do Produto, mediante o atendimento na demonstração apresentada das funcionalidades requeridas.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

5. GERENCIAMENTO DO PROJETO

5.1.	A empresa Contratada deverá nomear um gerente de projeto, que será o coordenador de todas as atividades relacionadas a migração e implantação do seu sistema para a Contratante. A Contratante também nomeará um representante, que será o seu interlocutor junto a Contratada.
5.2.	Visando a transparência nas atividades a serem executadas até a disponibilização dos sistemas para uso, a empresa Contratada deverá fornecer documentação específica para o gerenciamento do projeto, constando no mínimo as seguintes informações:
5.2.1.	Cronograma do Projeto: apresentação de todas as atividades, indicando sua execução no tempo, com as respectivas dependências definidas, com os Marcos/Milestones importantes, e com marcação de data de início e término previstos para todo o processo.
5.2.2.	Plano de gerenciamento de comunicação: documento descrevendo quem serão as partes interessadas no projeto que deverão fazer parte do processo de comunicação, momentos para a comunicação, meios de comunicação definidos para utilização e Matriz de Comunicação para o projeto, definindo a característica de participação na comunicação para cada parte interessada (E=emite, R=recebe, C=copiado, I=Informado/Ciente).

6. SERVIÇO DE MIGRAÇÃO

6.1.	Os valores para o Serviço de Migração deverão estar inclusos nos preços apresentados pela empresa Contratada, conforme especificado neste Termo de Referência.
6.2.	A conversão/migração dos dados é o processo de transferência dos dados existentes nos sistemas em uso atualmente pela Contratante, citados no Objeto deste Termo de Referência, para a base de dados do sistema da Contratada.
6.3.	A empresa Contratada deverá realizar a conversão de toda a base de dados existente na Contratante, sem nenhuma perda de dados e sem nenhum custo adicional.
6.4.	A conversão/migração, incluindo a carga de dados no sistema da Contratada, a partir dos arquivos do sistema em uso, com o aproveitamento de todos os seus dados cadastrais e informações, são de responsabilidade exclusiva da empresa Contratada.
6.5.	A Contratada será responsável pelo fornecimento de uma solução ou ferramenta para a execução da extração, transformação, validação e carga dos dados para o novo sistema.
6.6.	As importações deverão ser feitas garantindo a integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados migrados, existentes no banco de dados, sem perda de dados, de relacionamento, de consistência ou de segurança.
6.7.	Na eventual necessidade de recadastramentos ou levantamentos em campo para atualizar ou obter informações inexistentes nos sistemas legados, para dados considerados obrigatórios no sistema em implantação e que estão inconsistentes ou incompletos nos sistemas atuais, a empresa Contratada deverá alterar os programas de extração, transformação e carga para implementar as regras de negócio definidas para tratamento de cada caso.
6.8.	Caso exista a necessidade de cadastramento manual de dados, que por quaisquer motivos não puderam ser migrados, esta atividade será de responsabilidade da empresa Contratada, com acompanhamento de representante da Contratante.
6.9.	A Contratada deverá executar programas extratores e de carga tantas vezes quantas forem necessárias, até a conclusão da migração.
6.10.	A Contratada deverá efetuar a conversão/conferência dos dados do banco de dados da Contratante em todos os seus módulos.
6.11.	Visando evitar problemas de cumprimento de prazos legais para o envio ou disponibilização de informações a órgãos de Controle, mediante análise e acordo entre as partes, mantendo a devida integridade das informações, a Contratada poderá iniciar a migração de dados a partir do exercício atual, considerando ainda informações do Portal da Transparência, ficando mantida a mesma obrigação de migração em relação aos dados de anos anteriores.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

6.12.	O não atendimento dos prazos para envio das informações a órgãos de Controle, em decorrência de atraso na migração dos sistemas pela Contratada, implicará em imputação à empresa Contratada, da responsabilidade pelas despesas decorrentes da regularização necessária.
6.13.	Deverá ser elaborado um plano de comunicação relacionado ao projeto de migração, conforme item 5, onde constará as formas de comunicação a serem utilizadas, as partes interessadas a serem informadas e os momentos para o envio de informações relacionadas ao projeto.
6.14.	Após a realização da migração dos dados, caso sejam identificados erros, as devidas correções deverão ser realizadas pela Contratada sem ônus para a Contratante.
6.15.	É de responsabilidade da empresa Contratada o auxílio técnico para a migração dos dados, para outro sistema de outra empresa ou órgão público ao final do contrato firmado que venha substituir o atual sistema legislativo sendo adquirido.
6.16.	A empresa Contratada deverá disponibilizar todo o histórico do sistema de chamados/ticket, sempre que solicitado pela Contratante, especialmente ao final do contrato.

7. SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, COM CONFIGURAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO

7.1.	Os custos para o Serviço de Implantação, com configuração e parametrização, deverão estar inclusos nos preços apresentados pela empresa Contratada, conforme especificado neste Termo de Referência.
7.2.	A empresa Contratada será responsável pela instalação e configuração dos softwares necessários (como gerenciador de banco de dados, servidor web e outros) em datacenter, ou nos computadores servidores da Contratante.
7.3.	A empresa Contratada é a responsável por realizar o levantamento de dados a partir do banco de dados existente no atual sistema da Contratante, para obter as informações necessárias.
7.4.	Qualquer instalação ou configuração realizada nos computadores da Contratante deverá ter a supervisão do seu Analista de Informática e ser documentada pela Contratada, incluindo a descrição das operações realizadas e comandos utilizados. Caso não sejam seguidas estas regras pela Contratada, esta fica obrigada a fornecer posteriormente a Contratante, no prazo de até 60 dias após a conclusão da implantação do sistema, os documentos de instalação ou configuração realizados.
7.5.	A Instalação engloba toda a configuração necessária para o perfeito funcionamento dos sistemas. Para cada um dos softwares licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: conversão/migração dos dados, instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros, adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários.
7.6.	Deverá ser realizado acompanhamento dos analistas de implantação da Contratada de forma remota, sempre que necessário, na fase de implantação do objeto e pelo período de 30 (trinta) dias após a conclusão dos serviços de implantação e treinamento.
7.7.	A empresa Contratada e os membros da sua equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela sua inobservância, inclusive após o término do contrato.
7.8.	O prazo para a implantação dos sistemas , incluindo migração dos dados, instalação dos softwares, configurações e parametrizações de todos os módulos e outras tarefas relacionadas que se fizerem necessárias, será em conjunto com o treinamento programado, até, no máximo, 15 (quinze) dias úteis contados da data da assinatura do contrato com a Contratada.
7.9.	Além da instalação inicial para implantação, a empresa Contratada deverá dar suporte técnico para instalação e configuração dos sistemas e mais softwares sempre que solicitado (como para novos usuários, troca de computadores ou outra razão a critério da Contratante) durante a vigência do contrato.

8. SERVIÇO DE TREINAMENTO

8.1.	Os custos para o serviço de treinamento deverão estar inclusos nos preços apresentados pela empresa Contratada, compreendendo o necessário e devido treinamento durante o período de realização dos serviços de migração/conversão de dados, implantação e uso do sistema, conforme especificado neste Termo de Referência.
------	---



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

8.2.	A empresa Contratada deverá iniciar o treinamento dos usuários da Contratante em data a ser acordada, a partir da assinatura do contrato.
8.3.	O treinamento deverá ser realizado para os grupos de usuários de cada um dos sistemas fornecidos. Deverão ser utilizados dados que simulem situações reais de trabalho da Contratante para realização do treinamento, podendo os dados ser obtidos através daqueles gerados após a migração. Mediante acordo entre as partes, poderão ser realizados treinamentos de forma remota, com a participação de mais de um usuário por vez, dependendo do conteúdo programático apresentado, desde que seja possível a apresentação das funcionalidades do sistema, com áudio de explicação de forma simultânea, podendo ainda ter interação entre o profissional que esteja executando o treinamento e os usuários que o estarão recebendo, com a possibilidade de perguntas e respostas.
8.4.	Considerando as atividades que cada servidor executará no sistema, cada um dos servidores poderá participar de cursos diferentes em dias alternados, desde que esta modalidade permita o aprendizado do servidor no uso das funcionalidades do sistema necessárias dentro de sua área de responsabilidade.
8.5.	Deverá ser ministrado no mínimo 1(um) treinamento para cada um dos 11 (onze) usuários servidores do Legislativo e Executivo designados pela Contratante, dentro do prazo total de 30(trinta) dias, considerando a implantação do sistema e as necessidades para início de uso, compreendendo o uso das funções do software pertencentes a área de responsabilidade de cada servidor, incluindo conhecimento sobre parametrizações, caso aplicáveis.
8.6.	Poderá ser ministrado um treinamento inicial para que cada servidor possa aprender as funcionalidades básicas necessárias para iniciar o uso do sistema, e posteriormente, em data a ser agendada mediante acordo entre as partes, ser ministrado outro treinamento complementar, abrangendo funcionalidades adicionais necessárias para o aprendizado do servidor e ainda para esclarecer dúvidas geradas no uso do sistema.
8.7.	Todos os treinamentos poderão ser acompanhados pelo servidor ocupante do cargo de Técnico de Informática, para que este tome conhecimento das funcionalidades e particularidades de cada módulo do sistema, e posteriormente possa ser o canal inicial de suporte no uso do sistema, e para realizar a abertura de chamados/tickets na empresa Contratada, quando necessário.
8.8.	Deverá ser ministrado um treinamento específico para o ocupante do cargo de Técnico de Informática da Contratante, para prover a capacitação de forma que possa:
8.8.1.	Conhecer a tecnologia aplicada no sistema e suas ferramentas.
8.8.2.	Saber qual o banco de dados usado pelo sistema.
8.8.3.	Conhecer as formas de armazenamento de informações no banco de dados e suas formas de consulta mediante o uso de ferramentas.
8.8.4.	Executar configurações e personalizações necessárias para a operação do sistema.
8.8.5.	Ser capaz de usar as rotinas de segurança e permissões do sistema.
8.8.6.	Executar auditoria em dados de log do sistema.
8.8.7.	Prestar suporte inicial aos usuários e efetuar abertura de chamados/tickets para solução de problemas relacionados a erros de operação ou eventuais outros problemas.
8.9.	O tempo total de treinamento deverá ser de no mínimo 20 (vinte) horas na modalidade presencial e no mínimo 40 (quarenta) horas na modalidade remota. Durante os 30 (trinta) dias após a conclusão dos serviços de implantação e treinamento, a Contratada deverá esclarecer, mediante contato telefônico, chat, acesso remoto ou outro meio, em tempo hábil, dúvidas dos servidores da Contratante quanto a operação do sistema para execução de suas rotinas de trabalho.
8.10.	A Contratada deverá disponibilizar ao menos um técnico, com disponibilidade para contato imediato, através de telefone, chat ou acesso remoto.
8.11.	Após o treinamento, os usuários deverão ser capazes de operar completamente os seus respectivos sistemas, incluindo o cadastramento de dados, emissão de relatórios, geração de arquivos, realização de consultas e gerenciamento dos sistemas para usuário administrador (com tarefas como gerenciamento de usuários, correções de entradas de dados incorretas, verificação de inconsistências, etc).

9. SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

9.1.	Os custos para o serviço de suporte técnico deverão estar inclusos nos preços apresentados pela empresa Contratada, compreendendo o necessário e devido suporte técnico durante o período de realização dos serviços de migração/conversão de dados, implantação e uso do sistema durante o período contratual, conforme especificado neste Termo de Referência.
9.2.	O atendimento à solicitação de suporte poderá ser realizado através de central de atendimento ao cliente especializada da empresa Contratada, com técnicos habilitados, com o objetivo de corrigir problemas ou esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do sistema.
9.3.	A Contratada deverá fornecer um sistema para abertura de chamados/tickets, para que a Contratante, através de login e senha, possa abrir chamados e controlar todas as solicitações que foram abertas. Cada atendimento deverá ter associado um número único de protocolo/chamado, com registro de data, hora e atendente da abertura da ocorrência. Deverá ser permitida a inclusão de texto para a solicitação, visando explicar de forma mais detalhada a solicitação que está sendo realizada.
9.4.	O sistema de chamados/ticket deverá ser na plataforma web e acessível pela internet, devendo ter compatibilidade no mínimo com os navegadores Google Chrome e Mozilla Firefox.
9.5.	O sistema de chamados/ticket deverá fornecer a possibilidade de consultar o histórico de chamados abertos e finalizados, para todos os usuários da Contratante ou para um usuário específico.
9.6.	A Contratada deverá fornecer a possibilidade de abertura de chamados/tickets também por telefone e/ou por chat, com o contato sendo registrado pela Contratada no sistema de chamados/ticket.
9.7.	O atendimento, quando necessário, poderá ser realizado por telefone, e-mail, chat, via sistema de chamados/ticket e/ou através de serviços de suporte remoto.
9.8.	Será de responsabilidade da Contratada, iniciar o atendimento do serviço após o cadastro do problema no sistema de chamados/ticket.
9.9.	Após cada atendimento de suporte técnico, a Contratada deverá fazer constar no chamado relacionado, constante no sistema de chamados/ticket, em linguagem apropriada e técnica, relatório do atendimento realizado, incluindo o nome do técnico responsável pelo atendimento, data do atendimento, data e hora de início e término do atendimento, usuário atendido, descrição do problema relatado pela Contratante e sua solução.
9.10.	Os chamados de solicitação para realização de adequação (customizações) no sistema serão feitos somente pelo perfil Administrador do sistema.
9.11.	Os chamados de solicitação de suporte técnico poderão ser realizados por qualquer usuário do sistema devidamente identificado.
9.12.	A implementação de novas funcionalidades deverão sempre ser autorizadas, após análise, por representantes da Contratante e Contratada, para início da execução, conforme orçamento prévio aprovado pela Contratante.
9.13.	A empresa Contratada deverá informar, antes do início do desenvolvimento, uma estimativa de horas/esforço para conclusão de cada tarefa de cada funcionalidade de adequação (customização).
9.14.	A empresa Contratada deverá enviar um e-mail ao perfil Administrador do sistema, no mínimo, a cada mês para informar um relatório com o consumo de horas/esforço utilizados nas adequações (customizações) e uma lista ordenada pela prioridade com as funcionalidades solicitadas e ainda a porcentagem de conclusão da funcionalidade e o número de tarefas, e quais tarefas estão associadas, pendentes para a conclusão da funcionalidade.
9.15.	O responsável pelo perfil Administrador do sistema da Contratante irá definir qual funcionalidade de adequação (customização) é a mais prioritária e poderá alterar a sua prioridade.
9.16.	O chamado de adequação (customizações) só poderá ser finalizado após a apresentação de evidência de verificação e validação da Contratante.
9.17.	A Contratada deverá disponibilizar serviço de FTP (transmissão remota de arquivos) para envio de arquivos da Contratante para análise quando solicitado e também para disponibilizar o download de arquivos para a Contratante, quando necessário.
9.18.	Caso seja solicitado pela Contratada equipamento na rede interna da Contratante, para armazenamento local de dados do sistema, mesmo que de forma temporária, para aplicativos considerados críticos, permitindo o seu funcionamento em ambiente web local, mesmo sem conexão com a internet (off-line), visando aumentar a disponibilidade, caso a Contratante não possua equipamento com as configurações necessárias, a Contratada deverá disponibilizar tal equipamento até que a Contratante realize a aquisição de equipamento que atenda a necessidade.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

9.19.	A empresa Contratada deverá providenciar a configuração dos equipamentos eventualmente necessários ao funcionamento do sistema off-line na rede da Contratante, com o acompanhamento e a orientação necessária de técnico responsável da Contratante.
9.20.	Na fase de implantação, a empresa Contratada deverá responsabilizar-se por todo e qualquer transporte para instalação ou remoção de equipamento necessário ao funcionamento do seu sistema, sem ônus adicional.
9.21.	A empresa Contratada deverá informar até o início da vigência do contrato, conta de correio eletrônico, telefone de contato, bem como os responsáveis para recebimento dos chamados da Contratante, até que o sistema de chamados/ticket seja fornecido.
9.22.	A empresa Contratada deverá disponibilizar suporte presencial na sede da Contratante, durante todo o processo de levantamento para migração, adequação (customização), implantação e outras tarefas que a Contratante entender necessárias.
9.23.	A empresa Contratada deverá disponibilizar Lista de atualizações ocorridas no sistema – Changelog, com todas as versões de atualizações, ticket e data, em formato e local de fácil acesso à Contratante.
9.24.	O serviço de Suporte Técnico será prestado com um Acordo de Nível de Serviço (<i>Service Level Agreement</i>) de acordo com a seguinte tabela:

Nível de prioridade	% de multa a ser aplicado no descumprimento dos prazos de resposta e de solução	Descrição do problema	Disponibilidade do contratado	Tempo de resposta no sistema de chamados/ticket	Tempo de solução paliativa	Tempo de solução definitiva e fechamento do problema no sistema de chamados/ticket
Urgente	15% sobre o valor do contrato no mês	Serviço interrompido. Perda completa de todo o serviço do Sistema e a situação é uma emergência. Ex: Não é possível acessar o sistema, o sistema exibe erro de exceções, códigos de erro http, erros de certificação digital	Horário comercial das 08h00 às 17h30	10 minutos	3 horas corridas após abertura do chamado	7 dias corridos
Alto	10% sobre o valor do contrato no mês	Serviço degradado e ou oscilando. Severa perda de serviço do sistema, no entanto, a operação pode continuar de forma restrita, pois não existe forma alternativa para	Horário comercial das 08h00 às 17h30	1 hora	6 horas corridas após a abertura do chamado	15 dias corridos



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

		realizar a função desejada. Ex: ao preencher formulários e enviar o sistema demora para completar a requisição, problemas de sincronização do modo off-line para o modo on-line, congestionamento de requisições no servidor, dúvidas de utilização do sistema dos parlamentares e do administrador do sistema				
Médio	5% sobre o valor do contrato no mês	Serviço estável. Uma pequena perda de serviço do sistema, o impacto é uma inconveniência, pois existe uma forma alternativa para realizar a função desejada. Ex: Configurações, ajustes, solicitações de adequação (customização), dúvidas de utilização do sistema dos usuários, treinamento de administradores do sistema.	Horário comercial das 08h00 às 17h30	2 horas	24 horas corridas após abertura do chamado	30 dias corridos
Baixo	1% sobre o valor do contrato no mês	Serviço estável. Nenhuma perda de serviço do sistema. O resultado é um erro menor, contornável, sem ocasionar perda de dados ou somente uma	Horário comercial das 08h00 às 17h00	24 horas	48 horas corridas após abertura do chamado	60 dias corridos



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

		documentação incorreta. Ex: correções de leiaute (layout), correções de etiquetas (labels), treinamento de usuários				
--	--	--	--	--	--	--

9.25.	Em caso de não cumprimento do Acordo de Nível de Serviço, a Contratada deverá apresentar justificativa por escrito. Caso a Contratante não acate a justificativa, aplicará as sanções previstas no item anterior sobre o valor da fatura do mês. As multas não são cumulativas por nível de prioridade, mas o descumprimento do Acordo de Nível de Serviço de forma reiterada poderá ensejar a rescisão do contrato.
9.26.	Deverá ser dado conhecimento ao representante da Contratante, quanto a todos os chamados abertos e/ou realizados, independentemente do meio utilizado e da necessidade de interação do mesmo, para que possa ser realizado o acompanhamento e registro de todos os serviços de suporte realizados.
9.27.	A Contratada deverá disponibilizar manuais e/ou tutoriais para utilização dos seus sistemas, podendo ser em arquivos eletrônicos nos formatos pdf ou Word e/ou através de site em ambiente web, como recursos de fórum ou wiki, usando recursos de hipertexto, imagem e/ou vídeo, demonstrando os recursos/funcionalidades de cada sistema. Caso a Contratada não disponibilize tais materiais, a Contratante poderá realizar a abertura de chamados para o esclarecimento de quaisquer dúvidas relacionadas a operação do sistema, sempre que necessário, independentemente do nível de conhecimento relacionado.
9.28.	O horário mínimo para o atendimento de suporte deverá ser de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 17h30min, conforme a Tabela relacionada ao Acordo de Nível de Serviço (item 9.24).
9.29.	A Contratada deverá prestar auxílio técnico para recuperação da base de dados, por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos.
9.30.	O serviço de Suporte técnico via acesso remoto será realizado mediante autorização prévia do usuário solicitante, sendo de responsabilidade da Contratada o sigilo e segurança das informações acessadas e visualizadas.
9.31.	Caso haja necessidade, mediante solicitação da Contratante, a Contratada deverá enviar profissional técnico habilitado para resolver “in loco” dificuldades na operação dos sistemas, relacionadas a regras para preenchimento de dados ou realização de operações no sistema que gerem dados automaticamente no banco de dados por automatizações e/ou integrações com outros módulos, geração e exportação de dados, correção de erros de execução do sistema que dificultem ou paralise o seu uso ou recuperação em banco de dados.
9.32.	O serviço de suporte “in loco” citado no item 9.31 anterior, deverá ser realizado quando as demais formas de suporte não forem efetivas para resolver a dificuldade ou problema apontado, considerando ainda o tempo disponível para sua resolução.
9.33.	A empresa Contratada deverá efetuar, no mínimo, uma visita técnica a cada ano para verificar as condições do servidor local, se instalado, prestar informações, esclarecimentos, efetuar a abertura de chamado para manutenção preventiva ou corretiva, sugerir a atualização tecnológica do servidor local (estrutura de hardware), total ou parcial, por outros de características iguais ou superiores.
9.34.	A empresa Contratada deverá apresentar no envelope de habilitação um plano de recuperação de desastres (DRP) para o sistema legislativo a ser implantado na Contratante.
9.35.	Serviços de suporte técnico sem custos para a Contratante:
9.35.1.	Manutenções preventivas e corretivas, fornecimento e instalação de versões atualizadas dos Sistemas, dentro do prazo conferido para o suporte técnico, constante no item 9.24.
9.35.2.	Manutenções adaptativas, para adequar os sistemas às exigências legais e normativas de gestão pública, previstas, por exemplo, em normas municipais, estaduais, federais, no prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da publicação da nova exigência ou na data da entrada em vigor da norma, o que acontecer primeiro, prorrogável, de comum acordo, conforme complexidade das operações necessárias e tempo restante para entrada em vigor da norma.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

9.35.3.	Adaptação do software às exigências de compatibilidade impostas por um novo sistema operacional de uso amplo, como o sistema operacional Windows, que seja utilizado pela Contratante.
9.35.4.	Treinamento inicial “in loco” durante o período de implantação do sistema, ou adicional, relacionado a novas funcionalidades do sistema implantadas pela Contratada, mas não requeridas pela Contratante ou ainda solicitadas pela Contratante, com treinamento realizado pela Contratada de forma remota e mediante agendamento.
a.	Caso a Contratada forneça manuais em arquivos eletrônicos de texto e/ou áudio e vídeo que apresentem as novas funcionalidades de forma que permita o seu uso de forma completa, poderá ser dispensado o treinamento adicional, mediante acordo entre as partes.
9.35.5.	Manutenção de toda a infraestrutura para armazenamento e uso do sistema, incluindo equipamentos de hardware, sistemas e softwares, quando em datacenter externo.
9.35.6.	Monitoramento da integridade dos Bancos de Dados e manutenção de backup atualizado das informações da Contratante neles armazenadas.
9.35.7.	Mediante acordo entre as partes, customizações do software aplicativo do sistema para atendimentos específicos da Contratante, como ajustes em telas, relatórios, ou a inclusão de novas funções, relatórios ou consultas, conforme especificação, que tragam ganhos ao software podendo ser reutilizadas.
9.35.8.	Migração da solução contratada em caso de expansão ou troca de equipamentos no CPD/Sala de Equipamentos da Contratante.

10. BACKUP

10.1.	A Contratada deverá realizar o backup de todas as informações inseridas pela Contratante, através da utilização do sistema, independentemente do meio utilizado e do local de armazenamento.
10.2.	Considerando o sistema em ambiente web, a empresa Contratada será responsável por realizar backup Diário do banco de dados do sistema em uso, em todos os seus módulos, incluindo quaisquer outros arquivos externos que sejam referenciados pelo banco de dados, devendo disponibilizar para a Contratante o acesso aos arquivos de backup e informações para sua restauração, sempre que solicitado.
10.3.	Caso exista algum software da empresa Contratada que armazene dados localmente na rede interna da sede da Contratante, a Contratada será responsável por fornecer software para realização de backup automático dos dados do sistema em uso, em todos os seus módulos, incluindo quaisquer outros arquivos externos que sejam referenciados, ou fornecer informações técnicas ao pessoal técnico da Contratante, para que possam ser geradas rotinas de backup das informações, automatizadas através de outras formas.
10.4.	Deverão ser dadas ao pessoal técnico da Contratante, orientações e a devida permissão de administrador para restauração do backup e acesso aos dados do banco de dados instalado localmente, para ações de conferência, auditoria e manutenção.
10.5.	A Contratada deverá indicar software para que possa ser acessado e restaurado o backup do banco de dados local, se existir, possibilitando o acesso aos dados. Deverá ser indicado pela Contratada, preferencialmente, softwares open source, para restauração e acesso ao banco de dados, visando não gerar ônus para a Contratante.
10.6.	Ficará a cargo da empresa contratada, a garantia de cópias de segurança, para garantia de recuperação de arquivos em casos de perda de dados, por falhas do sistema, falhas humanas e outras catástrofes que possam vir a ocorrer.

11. SEGURANÇA DE ACESSO E RASTREABILIDADE

11.1.	As tarefas a serem executadas no sistema deverão ser acessíveis especificamente através de permissão de uso somente a usuários autorizados. Para cada tarefa autorizada, o administrador de segurança deverá poder especificar o nível do acesso: somente leitura (consulta), ou também atualização dos dados (inserção, alteração e exclusão).
11.2.	O sistema deverá possuir rotina para recuperação de senha, preferencialmente através de link enviado



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

	por e-mail com redirecionamento ao sistema, para que assim o usuário possa alterar sua senha com segurança. Caso o sistema permita o envio de senha por e-mail, esta deverá ser temporária, com prazo de validade definido, devendo ser trocada no primeiro login.
11.3.	Quanto ao acesso aos dados, o sistema deverá oferecer mecanismos de segurança que impeçam usuários não autorizados de efetuar consultas ou alterações em dados.
11.4.	As autorizações ou desautorizações, por usuário, grupo ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito imediato.
11.5.	O sistema deverá permitir a alteração dos menus de acesso às funcionalidades, podendo atribuí-los a grupos ou usuários específicos.
11.6.	O sistema deverá permitir a configuração de permissões dos usuários no sistema, no mínimo por usuário, por período e setor.
11.7.	O sistema deve ser capaz de emitir relatório de cada operação que cada usuário efetuou no sistema com os seguintes atributos: o endereço lógico IP, a data e hora, o usuário, o nível de acesso do usuário no momento, data de cada autenticação e data de cada logout do sistema.

12. AMBIENTE TECNOLÓGICO

12.1.	Todos os itens descritos para o Ambiente Tecnológico são de responsabilidade da empresa Contratada, a não ser quando for especificada a responsabilidade da Contratante.
12.2.	O sistema deverá estar hospedado em datacenter que tenha no mínimo a classificação TIER III – Manutenção Simultânea.
12.3.	Possuir mecanismos de redundância de dados em no mínimo dois ambientes simultâneos.
12.4.	Deverá ser mantido Contrato de Nível de Serviço (SLA – <i>Service Level Agreement</i>) com disponibilidade de no mínimo 99,98%, garantindo a manutenção do servidor e do link de dados sem interrupção do funcionamento.
12.5.	O sistema deverá ser hospedado em datacenter que preferencialmente utilize IaaS (infraestrutura como serviço), PaaS (plataforma como serviço) e SaaS (software como serviço), e caso alguns dos itens não seja utilizado, deverá trabalhar no mínimo com virtualização para servidores e sistemas, permitindo redundância na operação, e o atingimento da disponibilidade mínima conforme definido no SLA constante no item 12.4.
12.6.	Deverão ser disponibilizados Hardwares, SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados), SO (Sistema Operacional), softwares de segurança, links de dados, pessoal de administração 24 horas, storage, grupo gerador e outros, de forma a garantir a disponibilidade funcional do sistema.
12.7.	O Servidor de Banco de Dados, Servidor de Aplicativos e Servidor firewall, deverão ser dimensionados e configurados para atendimento satisfatório, no que couber, da demanda objeto deste Termo de Referência, com programas básicos e demais recursos necessários, instalados, configurados e em condições de uso.
12.8.	A Contratada é responsável em efetuar eventuais upgrades na plataforma de hardware e software disponível no datacenter, para atender a demanda gerada pela utilização dos seus sistemas, garantindo o seu funcionamento em performance satisfatória.
12.9.	Com o objetivo de fornecer segurança de acesso às informações da Contratante é exigida também a disponibilidade de estrutura de firewall para acesso aos sistemas da Contratada hospedados no datacenter.
12.10.	A Contratada é responsável pelo fornecimento e atualização de licenças dos softwares que utilize no datacenter.
12.11.	Utilizar banco de dados preferencialmente relacional, com licença de uso gratuita ou a empresa Contratada deverá arcar com qualquer custo relativo ao banco de dados relacional escolhido sem qualquer custo para a Contratante.
12.12.	Deve utilizar tecnologia, se possível CSS3 com “media queries” ou tecnologia superior, para redimensionamento da resolução da interface do sistema de forma automática, podendo ser utilizado em PCs, Notebooks, Tablets ou Smartphones

13. FORNECIMENTO DE DADOS DO SISTEMA



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

13.1.	Por solicitação da Contratante, a Contratada obriga-se a fornecer os dados existentes inseridos no seu sistema, atendendo aos seguintes requisitos:
13.1.1.	Fornecer arquivo em formato texto com o código SQL para criação de tabelas e inserção de dados ou fornecer o banco de dados e suas credenciais de acesso, incluindo senhas de acesso com usuário administrador, indicando a ferramenta a ser utilizada para o seu gerenciamento e acesso.
13.1.2.	Fornecer manual contendo o layout dos campos de cada tabela do sistema. O layout deverá descrever as informações por tabela, contendo informações de cada campo, indicando seu nome, tipo, tamanho, campos que compõem a chave primária, chave secundária, campos obrigatórios e suas validações. Caso a Contratada não disponha do referido manual para fornecimento em tempo hábil, para migração de dados, por exemplo, deverá disponibilizar através do seu suporte o atendimento para esclarecimentos quanto a estrutura de armazenamento das informações em seu sistema.
13.1.3.	O manual com o layout dos campos e o arquivo com o código SQL deverá conter os dados de cada tabela, considerando a sua ordem de criação, obedecendo as validações de integridade existentes para o banco de dados do sistema. A execução do arquivo SQL em ferramenta de gerenciador de banco de dados apropriada deverá criar o banco de dados, suas tabelas e relações e inserir todos os dados nas tabelas de forma íntegra, sem erros, obedecendo ao conjunto de dados existente na data definida para a sua obtenção.
13.1.4.	Caso o sistema armazene outros tipos de arquivos externamente ao banco de dados, mas que sejam referenciados por ele e/ou pelo próprio sistema, deverá ser fornecido backup destes arquivos, além de documentação do funcionamento da estrutura de armazenamento destes arquivos externos ao banco de dados, utilizada pelo sistema, considerando as regras do sistema e as formas de criação e armazenamento dos arquivos nesta estrutura.
13.1.5.	Caso o sistema não utilize banco de dados relacional para o armazenamento das informações, os dados a serem fornecidos deverão permitir a sua identificação e identificação das coleções e documentos existentes, em formato próprio, reconhecido pelo mercado, com no mínimo as informações citadas para o banco de dados relacional, quando possível. Para este caso, deverá ser aprovada pela Contratante a forma de disponibilização das informações do sistema existente, devendo permitir, usando ferramenta apropriada indicada pela Contratada e se possível disponível gratuitamente no mercado, recriar a mesma estrutura de dados utilizada pelo sistema.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1.	Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e ou indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo de Referência.
14.2.	Não transferir a terceiros, por qualquer forma, o objeto do contrato, nem subcontratar qualquer parte da prestação de serviços a que está obrigada, sem expressa anuência da Contratante.
14.3.	Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para a sua realização, contidas neste Termo de Referência.
14.4.	Executar os serviços discriminados com profissionais capacitados e habilitados, e manter o quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços sem interrupção, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com a Contratante, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução dos serviços.
14.5.	Responder civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente.
14.6.	Reparar de imediato, danos eventualmente causados a terceiros ou ao Patrimônio Público sem ônus ou encargos para a Contratante.
14.7.	Reportar-se à Contratante, quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção de falhas detectadas na prestação dos serviços.
14.8.	Refazer, às suas expensas, todo e qualquer trabalho realizado em desconformidade com as determinações da Contratante ou, ainda, os que apresentarem defeitos, vícios ou incorreções.
14.9.	Relatar a fiscalização do contrato, toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

14.10.	Tomar ciência por escrito de: Ofícios, Notificações, Intimações e outros documentos que se fizerem necessários a eficaz comunicação entre Contratante e Contratada.
14.11	<p>A Licitante deverá comprovar a sua capacidade financeira mediante a apresentação dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Grau de Endividamento (GE), conforme modelo do Anexo IV, calculados de acordo com as fórmulas citadas abaixo:</p> $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$ $GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$
14.11.1.	As empresas Licitantes com menos de 01 (um) exercício financeiro de atividade, devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.
14.11.2	O Balanço Patrimonial apresentado deverá corresponder ao último exercício financeiro.
14.12.	Manter atualizados, durante a vigência do contrato, para fins de pagamento, a Certidão Negativa de Débito Trabalhista-CNDT, o Certificado de Regularidade - CRF do FGTS e Certidão de regularidade junto à Fazenda Federal.
14.13.	Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato, observando o preconizado neste Termo de Referência.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1.	A Licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, citando a utilização de softwares correspondentes aos módulos nele constantes, conforme Anexo II , fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviços de natureza correspondente ao objeto deste Termo de Referência.
15.2.	A Licitante deverá apresentar Declaração de que possui instalações administrativas físicas e infraestrutura técnica suficientes para o atendimento das demandas constantes neste Termo de Referência, nos prazos estipulados (Anexo III).
15.3.	<p>A Licitante deverá apresentar Termo de Vistoria (Visita Técnica), conforme Anexo V. A Proponente poderá realizar, através de seu representante, visita prévia e inspecionar o local objeto do desenvolvimento dos serviços, agendada antecipadamente junto a Contratante, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta.</p> <p>Opcionalmente, caso a empresa Proponente optar em obter as informações para sua utilização através de outros meios, como telefone ou e-mail, e considerar as informações satisfatórias, atendendo ao necessário à elaboração da proposta, poderá apresentar, em substituição ao Termo de Vistoria (Visita Técnica), a Declaração de Renúncia a Visita Técnica (Anexo VI).</p>

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1.	Designar um gestor e um fiscal para exercer a fiscalização dos serviços contratados.
16.2.	Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário para a regularização das faltas e defeitos observados.
16.3.	Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
16.4.	Comunicar imediatamente a Contratada, eventuais irregularidades observadas na execução dos serviços contratados.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

16.5.	Quando necessário, permitir o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados.
16.6.	Fornecer infraestrutura para instalação e funcionamento de equipamentos, como local físico, tomadas elétricas, pontos de acesso à rede, etc., caso necessário para equipamento e/ou software instalado localmente pela Contratada.
16.7.	Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.
16.8.	Convocar reunião, quando necessário, com os envolvidos na contratação e acompanhar e monitorar toda a execução dos serviços.
16.9.	Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.
16.10.	Efetuar o pagamento à empresa Contratada, conforme execução dos serviços, desde que cumpridas as formalidades e exigências do contrato.
16.11	Efetuar no que couber a retenção na fonte do Imposto de Renda – por força da decisão prolatada no Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 129.345-3 (Tema nº 1130) e da Instrução Normativa nº 2145/2023 da Receita Federal do Brasil (RFB) –, bem como do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, de acordo com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 51, de 23 de dezembro de 2014.

17. VIGÊNCIA

17.1.	<p>O contrato celebrado vigorará pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, respeitada a vigência máxima decenal de acordo com o art. 107 da Lei n. 14.133/2021</p> <p>I - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, vislumbrada em razão da contratação plurianual, permitida a negociação com o contratado;</p> <p>II - A autoridade competente da CONTRATANTE deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;</p> <p>III - A autoridade competente da CONTRATANTE terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.</p> <p>A extinção mencionada no inciso III ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.</p>
17.2.	Os serviços de Migração, Implantação com configuração e parametrização e treinamento, deverão ser concluídos até 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura do contrato.
17.3.	A data de início de uso do sistema para efeito de locação será em até 15 (quinze) dias úteis contados da data da assinatura do contrato.
17.4.	Na hipótese da adjudicatária não comparecer para assinar o Contrato no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, será convocada licitante remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da sua proposta.

18. REAJUSTE

18.1.	Os preços inicialmente contratados serão reajustados anualmente, a contar da data da assinatura do contrato, de acordo com a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria, ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual, devidamente comprovado e acatado pela Contratante.
-------	---



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

18.2.	No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
18.3.	Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19. PAGAMENTO

19.1.	O pagamento dos serviços executados será procedido mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, após o fechamento do mês e a quitação até o décimo dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços, considerando o ateste do serviço prestado e a validade das certidões negativas.
19.2.	A(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s) deverá(ão) conter no mínimo os seguintes dados:
19.2.1.	Data de emissão, não podendo ser inferior a data do primeiro dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, com exceção a data da nota fiscal referente a prestação de serviços no mês de dezembro, a qual, mediante acordo entre as partes, poderá ser emitida em data anterior, considerando a execução orçamentária da Câmara para o exercício financeiro vigente.
19.2.2.	Estar endereçada a Câmara Municipal de Cambará, situada na Avenida Brasil, 1037, Centro, na cidade de Cambará (CNPJ n. 00.781.306/0001-22).
19.2.3.	Preços unitários e totais da fatura.
19.3.	O pagamento será efetuado após ateste pelo responsável, desde que o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e a prova de regularidade para com a Fazenda Federal estejam atualizados.
19.4.	Na ocorrência da rejeição de nota fiscal/fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 19.1 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa.
19.5.	Por razões de ordem legal e orçamentária que regem as atividades da Administração Pública, os serviços efetuados em determinado exercício (ano civil) não poderão ser faturados tendo como referência o ano seguinte.

20. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1.	Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
20.1.1.	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame.
20.1.2.	Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
20.1.2.1.	Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
20.1.2.2.	Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
20.1.2.3.	Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou,
20.1.2.4.	Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital.
20.1.3.	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
20.1.3.1.	Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
20.1.4.	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
20.1.5.	Fraudar a licitação.
20.1.6.	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
20.1.6.1.	Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
20.1.6.2.	Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
20.1.7.	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
20.1.8.	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 2013.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

20.2.	Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
20.2.1.	Advertência.
20.2.2.	Multa.
20.2.3.	Impedimento de licitar e contratar; e,
20.2.4.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
20.3.	Na aplicação das sanções serão considerados:
20.3.1.	A natureza e a gravidade da infração cometida.
20.3.2.	As peculiaridades do caso concreto.
20.3.3.	As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
20.3.4.	Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
20.3.5.	A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
20.4.	A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
20.4.1.	Para as infrações previstas nos itens 20.1.1., 20.1.2. e 20.1.3., a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado.
20.4.2.	Para as infrações previstas nos itens 20.1.4., 20.1.5., 20.1.6, 20.1.7. e 20.1.8. a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
20.5.	Deverão ainda ser consideradas as multas estabelecidas no item 9.23 em caso de descumprimento dos prazos de resposta e de solução, de acordo com o respectivo nível de prioridade.
20.6.	As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa, a critério da Autoridade Competente.
20.7.	Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
20.8.	A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1., 20.1.2. e 20.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
20.9.	Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4., 20.1.5., 20.1.6, 20.1.7. e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1., 20.1.2. e 20.1.3., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
20.10.	A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
20.11.	A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
20.12.	Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

	autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
20.13.	O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da Autoridade Competente.
20.14.	As multas impostas à Contratada serão descontadas de eventuais créditos que a mesma tiver por receber ou, quando estes forem insuficientes para quitação da multa, serão cobradas direta e judicialmente.
20.15.	A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos que visam atender a dotação orçamentária abaixo:

SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA:

01.001.01.031.0001.2.003.3.3.90.40. 57- *Serviços de processamento de dados.*

Cambará, 26 de março de 2024.

(assinado digitalmente)
ROGERIO FRUTUOSO
Presidente



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

ANEXO II – MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024) - CMC (Processo Administrativo nº. 014/2024)

AO
SR. AGENTE DE CONTRATAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ – PARANÁ

Referência: **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024) - CMC**

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ:

FONE/FAX:

....., pessoa jurídica de direito público, estabelecida na
....., bairro, município de,
Estado de, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato
representado por seu, Sr(a)., nacionalidade, estado
civil, portador da Cédula de Identidade nº, e inscrito no CPF nº
....., residente e domiciliado a, bairro,
....., município de, Estado de,
ATESTA para fins licitatórios, de que contratou com a empresa,
pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na, bairro
....., município de, Estado de, inscrita
no CNPJ sob nº, os serviços abaixo relacionados, que foram
desempenhados de forma satisfatória, qualificando plenamente a empresa para desempenho de atividade
pertinente e compatível nas mesmas características a seguir relacionadas.

Implantação e locação de sistema, com os seguintes módulos ou equivalentes:

- Protocolo.
- Controle do Processo Legislativo com Tramitação Legislativa e Integração com o Executivo e Tramitação Administrativa, com assinatura de documentos por certificado digital.
- Portal (Site) na Internet, com área para divulgação de informações de Transparência, SIC (Sistema de Informações ao Cidadão) e Ouvidoria.

Atestamos ainda que usamos os referidos sistemas a mais de XX(...) ano(s).

Cidade/UF, em ____/____/____.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Nome do Emissor do Atestado

RG/CPF

Cargo/Função



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE
PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC
(Processo Administrativo nº. 014/2024)**

AO
SR. AGENTE DE CONTRATAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ – PARANÁ

Referência: **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024) - CMC**

PROPONENTE:
ENDEREÇO:
CNPJ:
FONE/FAX:

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de **Proponente** do Processo sob a modalidade de **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024) - CMC**, instaurado pela **Câmara Municipal de Cambará (PR)**, que possuímos instalações administrativas físicas, equipamentos e pessoal técnico especializado em número necessário para a execução dos serviços Objeto deste Procedimento Licitatório nos prazos estipulados.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

Nome:
RG/CPF
Cargo:



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC (Processo Administrativo nº. 014/2024)

AO
SR. AGENTE DE CONTRATAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ – PARANÁ

Referência: **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024) - CMC**

PROPONENTE:
ENDEREÇO:
CNPJ:
FONE/FAX:

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de **Proponente** do Processo sob a modalidade de **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024) - CMC**, instaurado pela **Câmara Municipal de Cambará (PR)**, que nossa empresa encontra-se em boa situação financeira, possuindo os índices, conforme demonstrativo abaixo:

Comprovação de Boa Situação Financeira – (ano)

Liquidez Corrente: (apresentar aqui o resultado do cálculo, aplicando a fórmula abaixo)
 $LC = AC / PC$ (igual ou superior a 1,0).

Liquidez Geral: (apresentar aqui o resultado do cálculo, aplicando a fórmula abaixo)
 $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$ (igual ou superior a 1,0)

Grau de Endividamento: (apresentar aqui o resultado do cálculo, aplicando a fórmula abaixo)
 $GE = PC + PELP / AT$ (igual ou inferior a 0,75)

Onde:

AC = Ativo Circulante.
PC = Passivo Circulante.
RLP = Realizável a Longo Prazo.
ELP = Exigível a Longo Prazo.
PELP = Passível exigível a longo prazo.
AT = Ativo Total.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.
Local e data.

Nome do Proprietário ou representante
Cargo
CPF

Nome do Contador
Contador – CRC/UF nº
CPF



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC (Processo Administrativo nº. 014/2024)

Razão Social:
Nome de Fantasia (se houver):
CNPJ nº
Endereço:
Telefone:

Item	Descrição dos sistemas / serviços	Unid	Qtd	Preço unitário máximo (R\$)	Preço Total Máximo (R\$)
01	Licença de uso de software, em regime de locação, por tempo determinado, para Controle de todo o Processo Legislativo, incluindo Protocolo, Tramitação Legislativa com Integração com o Executivo e Tramitação Administrativa, com possibilidade de uso de assinatura de documentos eletrônicos por certificado digital, Portal (Site) na Internet, adequado à Legislação com Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), Ouvidoria, Publicação de Notícias e galerias de fotos, divulgação das informações do Processo Legislativo e Informações de Transparência Pública, com recursos de acessibilidade para deficientes visuais e auditivos, com Migração/Conversão de dados, implantação do sistema e site incluindo hospedagem e treinamento inicial presencial (mínimo 20h) ou na modalidade remota (mínimo 40h) para até 11 (onze) funcionários.	Mês	12		
Valor Global Máximo R\$ =					

Valor Global da Proposta por extenso:
Prazo de validade da proposta:

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta e estamos de acordo com todos as exigências constantes do Edital e seus Anexos.

E em consonância aos referidos documentos, declaramos que:

2. A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, no mínimo.

3.No preço proposto já estão incluídos todos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

4.O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00);**

- Dados da Empresa:	- Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:
- Razão Social:	



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

<ul style="list-style-type: none"> - CNPJ/MF: - Endereço: - Cidade/UF: - CEP: - Tel./Fax: - E-mail: - Banco: - Agência: - Conta: - Chave PIX: 	<ul style="list-style-type: none"> - Nome: - Endereço: - CEP: - Cidade/UF: - CPF/MF: - RG/Órgão Expedidor: - Cargo/Função: - Naturalidade: - Nacionalidade: - Estado Civil: - E-mail:
---	--

Local e data _____

Nome, cargo e dados do representante comercial





Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

ANEXO VI – DECLARAÇÃO UNIFICADA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC (Processo Administrativo nº. 014/2024)

AO
SR. AGENTE DE CONTRATAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ – PARANÁ

Referência: **DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024) - CMC**

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº. 123/06, alterada pela Lei Complementar nº. 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.*

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esta Câmara Municipal, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço eletrônico:

E-mail:

Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração a esta Câmara Municipal, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao DE nº 006/2024 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos no Contrato.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

Local e data _____

Nome, cargo e dados do representante comercial





Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

**ANEXO VII - MODELO DE TERMO DE VISTORIA
(VISITA TÉCNICA)
DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC
(Processo Administrativo nº. 014/2024)**

Declaro que a empresa, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na, bairro, município de, Estado de, inscrita no CNPJ sob nº, através do Sr., portador da Cédula de Identidade RG sob nº, C.P.F. sob nº, devidamente identificado, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao Objeto da Licitação em epígrafe, através da vistoria do local onde serão executados os serviços, mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida para execução dos trabalhos pertinentes.

Cambará/PR, em ____/____/2024.

Nome: _____
RG nº _____ / CPF nº _____
Cargo: _____

Ciente:

Representante da empresa (nome e RG ou CPF)

Telefone: _____

OBSERVAÇÃO 1 – Caso a empresa opte pela realização da Visita Técnica, o presente documento deverá ser enviado junto com os demais “Documentos de Habilitação”, depois de assinada pelo emitente;

OBSERVAÇÃO 2 - A visita técnica poderá ser suprida mediante a apresentação de **DECLARAÇÃO de Renúncia a Visita Técnica, conforme Anexo VI.**



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC (Processo Administrativo nº. 014/2024)

....., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na
....., bairro, município de,
Estado de, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato
representado por seu, Sr(a)., nacionalidade, estado
civil, portador da Cédula de Identidade nº, e inscrito no CPF nº
....., residente e domiciliado a, bairro,
....., município de, Estado de,
DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e instalações para prestação dos serviços
constantes no Objeto da Licitação em epígrafe, e que o quadro técnico da empresa tomou conhecimento
de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações relacionadas e de todos os
dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta a ser oferecida para execução dos
trabalhos.

Cidade/UF, em ____/____/2024.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Nome:
RG/CPF
Cargo:

OBSERVAÇÃO 1 – Caso a empresa opte por preencher este documento, ele deverá ser enviado junto
com os demais “Documentos de Habilitação”, depois de assinado pelo emitente;



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

**ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO CONTENDO
INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC
(Processo Administrativo nº. 014/2024)**

1 - DA EMPRESA PROPONENTE:			
Razão Social:			
Endereço:			
Bairro:	CEP:		
Cidade:	Estado:	CNPJ:	
Conta Corrente:			
Agência:			
Banco:			
Chave PIX:			
IE:	Fone:	Fax:	
Contador da empresa:	Fone:		
2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:			
Nome:			
Função:			
Data de Nascimento:	Estado Civil:		
Escolaridade:	RG: Emissor:	CPF:	
Endereço:			
Bairro:	CEP:		
Cidade:	Estado:		
Fone:	Celular:	E-mail:	

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data.

Nome:
RG/CPF
Cargo:



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC (Processo Administrativo nº. 014/2024)

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ E A EMPRESA xxxx PARA, EM CONSONÂNCIA COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024):

**CONTRATO Nº. XXX/2024-CMC.
DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2024**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.781.306/0001-22 com sede na Av. Brasil, nº 1.037, centro, Cambará-PR, neste ato representado pelo Presidente Sr. Rogério Frutuoso, brasileiro, separado, portador do RG nº. 5.871.415-1/PR, e do CPF nº. 815.021.099-72, residente e domiciliado na Rua Robert Frutuoso, nº. 316, Conjunto Votorantim, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF. sob nº., estabelecida na Rua, nº., - – CEP. – –, neste ato **representada pelo Sr**, (qualificação - brasileiro, casado, do comércio, portador da Cédula de Identidade nº. /Pr., inscrito no CNPJ/MF. sob nº.), empresário, residente e domiciliado na Rua, nº. – CEP. – – ...Pr., portador da cédula de identidade nº., inscrito no CNPJ/MF. sob nº., **daqui por diante denominada CONTRATADA**; e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho exarado no Processo Administrativo nº. 010/2024; e que se regerá pela Lei nº. 14.333/2021, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato visa à contratação direta de empresa técnica especializada para prestação de serviços de licenciamento de uso de software, em regime de locação, por tempo determinado para controle dos processos legislativos e administrativos da Câmara Municipal de Cambará (PR), conforme estimativa e especificações que constam no Anexo I – Termo de Referência, da DE nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ANEXOS CONTRATUAIS, DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO CONTRATUAL



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

2.1. Fazem parte integrante deste contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:

I - O Processo Administrativo Nº. **014/2024**;

II - A Dispensa Eletrônica Nº. **90.003/2024 (006/2024)–CMC e todos os seus Anexos**;

III - A proposta da CONTRATADA, datada de xx de xxx de 2024

2.2. A vigência do presente contrato será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.3. O contrato poderá sofrer alterações, por ato da Câmara Municipal de Cambará (PR), mediante termo aditivo, nos termos do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total do Contrato é de R\$ xxx (xxxx), conforme proposta apresentada e desconto ofertado, composto da seguinte forma:

Item	Descrição dos sistemas / serviços	Unid	Qtd	Preço unitário máximo (R\$)	Preço Total Máximo (R\$)
01	Licença de uso de software, em regime de locação, por tempo determinado, para Controle de todo o Processo Legislativo, incluindo Protocolo, Tramitação Legislativa com Integração com o Executivo e Tramitação Administrativa, com possibilidade de uso de assinatura de documentos eletrônicos por certificado digital, Portal (Site) na Internet, adequado à Legislação com Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), Ouvidoria, Publicação de Notícias e galerias de fotos, divulgação das informações do Processo Legislativo e Informações de Transparência Pública, com recursos de acessibilidade para deficientes visuais e auditivos, com migração/Conversão de dados, implantação do sistema e site incluindo hospedagem, com treinamento presencial (mínimo 20h) ou remoto (mínimo 40h) para até 11 funcionários.	Mês	12		



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

Valor Global Máximo R\$ =

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. No valor acima, R\$ xxxx (xxxx) são devidos mensalmente, correspondentes ao licenciamento de uso dos softwares, suporte e manutenções; e R\$ xxx (xxxx) devidos uma única vez, correspondentes a Migração/Conversão dos dados, implantação dos softwares para uso, incluindo ainda o treinamento dos usuários no uso dos softwares.

3.4. A CONTRATANTE somente se obriga a pagar o valor referente aos produtos que estejam em estrita conformidade com as condições especificadas no Aviso de Dispensa Eletrônica nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC e seus Anexos.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DADOS DA CONTRATADA

4.1. Dos dados básicos da contratada:

RESPONSÁVEL LEGAL	XXXXXXXXXX
TELEFONE	XXXXXXXXXX
E-MAIL	XXXXXXXXXX
MUNICÍPIO/ESTADO	XXXXXXXXXX
ENDEREÇO	XXXXXXXXXX
CELULAR/WHATS	XXXXXXXXXX
CONTA BANCÁRIA	XXXXXXXXXX
CHAVE DO PIX	XXXXXXXXXX

CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, execução, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, o qual fica fazendo parte integrante do presente Contrato.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO E REAJUSTE

- 6.1. Pelos serviços, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ xxx (xxx), da seguinte forma: R\$ xxx (xxx) a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atendendo aos requisitos constantes nos itens seguintes, e R\$ xxx (xxx) a ser pago em até 10 (dez) dias da data da conclusão dos serviços.
- 6.2. O pagamento mensal será realizado em até 10 (dez) dias após a execução do objeto e consequente liquidação da despesa.
- 6.3. O pagamento será preferencialmente realizado através de crédito em conta corrente, boleto bancário ou pix.
- 6.4. Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.
- 6.5. O pagamento poderá ser susado pelo CONTRATANTE por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.
- 6.6. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.
- 6.7. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria, ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual, devidamente comprovado e acatado pela Contratante, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

- 6.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.9. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.10. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.11. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante, além das previstas na Dispensa Eletrônica nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC e seus Anexos, especialmente no Termo de Referência:
- 7.1.1. Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas neste contrato.
- 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do além das previstas na Dispensa Eletrônica nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC e seus Anexos, especialmente no Termo de Referência, e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

- 7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço, para que seja reparado ou corrigido;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo e forma estabelecidos neste contrato.
- 7.1.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;
- 7.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor;
- 7.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.1.9. Efetuar no que couber a retenção na fonte do Imposto de Renda – por força da decisão prolatada no Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 129.345-3 (Tema nº 1130) e da Instrução Normativa nº 2145/2023 da Receita Federal do Brasil (RFB) –, bem como do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, de acordo com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 51, de 23 de dezembro de 2014

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste contrato e firmadas na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, previstas na Dispensa Eletrônica nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC e seus Anexos, especialmente no Termo de Referência; e, ainda:



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

- 8.1.1. Efetuar a execução imediata do objeto, conforme especificações no presente contrato, considerando ainda o Termo de Referência e Dispensa Eletrônica que deu origem a este instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 8.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 8.1.3. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.4. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados.
- 8.1.5. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto deste contrato, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da Câmara Municipal de Cambará (PR).
- 8.1.6. Assinar o contrato, no prazo de 10 (dez) dias contados da convocação para realização do ato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis dispostas em Lei vigente.
- 8.1.7. Prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto deste certame, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes.
- 8.1.8. Responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas destes, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do contrato.
- 8.1.9. Ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

8.1.10. Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da execução do objeto.

8.1.11. Acompanhar as publicações referentes ao presente contrato, as quais serão veiculadas através do site oficial da Câmara Municipal de Cambará (PR), no endereço eletrônico e no Jornal Oficial do Município de Cambará.

8.1.12. Cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas.

CLAÚSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

(Lei Orçamentária Anual – LOA).

SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA:

01.001.01.031.0001.2.003.3.3.90.40.57-Serviços de Processamento de Dados.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA RELAÇÃO JURÍDICA COM A CONTRATADA

10.1. A execução do objeto deste contrato, além das hipóteses previstas na Dispensa Eletrônica nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC e seus Anexos, em especial o Termo de Referência, não implica vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os profissionais da CONTRATADA, nem com a própria CONTRATADA no caso de empresa individual ou pessoa física, tampouco exclusividade de colaboração entre as partes contratantes.

10.2. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício ou prestação de serviços autônomos, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

transferidos para o CONTRATANTE ou para quaisquer de seus municípios integrantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 11.1. Além das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21 e aquelas elencadas na Dispensa Eletrônica nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC e seus Anexos, em especial o Termo de Referência, são motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento.
- 11.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação antes mencionada.
- 11.3. A rescisão contratual solicitada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada com antecedência de 60 (sessenta) dias.
- 11.4. No caso de rescisão contratual administrativa, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do CONTRATANTE, será observado o prazo de 60 (sessenta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com as disposições deste contrato, poderá ser aplicada alguma das penalidades deste instrumento, além daquelas elencadas na Dispensa Eletrônica nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC e seus Anexos, em especial o Termo de Referência.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO À DISPENSA ELETRÔNICA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da contratação, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO todos os documentos do processo licitatório da Dispensa Eletrônica nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC e seus Anexos.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

- 12.2. A execução deste CONTRATO será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis da Lei Federal nº. 14.133/21, subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.
- 12.3. Toda a documentação apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE quando de sua habilitação poderá, a qualquer momento, ser solicitada pelo CONTRATANTE para fins de averiguação de sua regularidade. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar ao CONTRATANTE a qualquer tempo todas as informações, certidões negativas, alvarás e demais documentos que este lhe solicitar.
- 12.4. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
 - c) Der causa à inexecução total do contrato.
 - d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado.
 - e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
 - f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

- g) Comportar -se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas, além das hipóteses elencadas na Dispensa Eletrônica nº. 90.003/2024 (006/2024)-CMC e seus Anexos, em especial o Termo de Referência, as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

IV - Multa: (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; (2) compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

- 13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - II - As peculiaridades do caso concreto.
 - III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - IV - Os danos que dela provierem para o Contratante.
 - V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 13.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

13.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. A CONTRATADA deverá observar o disposto na Lei Federal nº. 13.709/2018 conforme segue:

14.2. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº. 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta.

- 14.3. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CONTRATANTE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CONTRATANTE, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.
- 14.4. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- 14.5. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.
- 14.6. Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CONTRATANTE. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.
- 14.7. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

14.8. Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

14.9. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados ou qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

14.10. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer dos dispositivos previstos nesta cláusula quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

15.1. A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor designado pela Presidência da Câmara Municipal de Cambará, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/21.

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cambará, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, renunciando-se expressamente a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

16.2. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, na presença das testemunhas abaixo, devidamente rubricadas para todos os



Câmara Municipal de Cambará

- Estado do Paraná -

fins de direito, cuja publicação simplificada será efetivada pelo Contratante nos termos do art. 94 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Cambará, xx de xxx de 2024.

ROGERIO FRUTUOSO

Presidente da Câmara - Contratante

xxx

Administradora – Contratada

RG: xxx

CPF: xxxx

(assinado digitalmente)

Testemunha 1

Testemunha 2